



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SÉRGIO LUCAS ALEXANDRE DE LIMA

**O BAIXO MERETRÍCIO EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: OLHARES E
DISCIPLINARIZAÇÃO (1991-2003)**

CAMPINA GRANDE – PB

2018

SÉRGIO LUCAS ALEXANDRE DE LIMA

**O BAIXO MERETRÍCIO EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: OLHARES E
DISCIPLINARIZAÇÃO (1991-2003)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Graduação em História da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Hilmária Xavier Silva
Coorientador: Prof^o Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

CAMPINA GRANDE – PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732b Lima, Sergio Lucas Alexandre de.
O baixo meretrício em Santa Cruz do Capibaribe
[manuscrito] : olhares e disciplinarização (1991-2003) / Sergio
Lucas Alexandre de Lima. - 2018.
68 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Hilmária Xavier Silva,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."

"Coorientação: Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque
Gaudêncio, UFCG - Universidade Federal de Campina Grande"

1. Santa Cruz do Capibaribe. 2. Disciplinarização. 3. Baixo
Meretrício. 4. Historiografia.

21. ed. CDD 907.2

SÉRGIO LUCAS ALEXANDRE DE LIMA

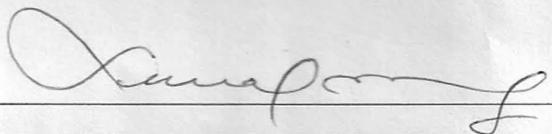
O BAIXO MERETRÍCIO EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: OLHARES E
DISCIPLINARIZAÇÃO (1991-2003)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Graduação em História da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de Licenciado em História.

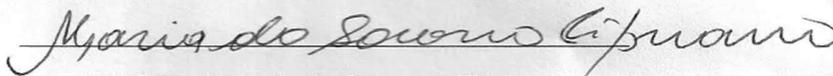
Aprovado em: 20/06/2018

Nota: 9,5

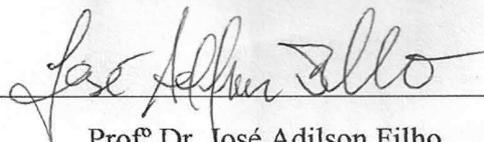
BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Hilmaria Xavier da Silva (Orientadora)



Profª Dra. Maria do Socorro Cipriano



Profº Dr. José Adilson Filho

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Inácia Alexandre e Sérgio Sinésio, por terem-me ensinado valores fundamentais na minha formação. Mesmo sem um manual de como educar filhos, tenho certeza de que eles sempre se esforçaram por mim e por meus irmãos. Amo vocês.

Aos meus irmãos, Júlio Cesar e Sales Diego, por tudo que já fizeram em meu favor, mesmo nos momentos de atrito.

A Gabriela, minha namorada, por toda a força que me deu durante a elaboração deste texto.

À minha terra amada, minha aldeia, Santa Cruz do Capibaribe, palco deste trabalho, que espero um dia ajudar de uma forma mais concreta.

A todos os professores que já tive em minha vida, em especial, à professora Betânia, pois foi ela que me ensinou o valor da docência e é nela que me inspiro para ser professor. Mesmo depois de sua morte, ela continua viva em muitos dos meus atos; ela deixou de ser uma professora para se tornar um símbolo em minha vida.

E dedico especialmente ao meu avô José Alexandre da Silva, ou “Zéze Lixandre”. Usar seu nome era uma senha para abrir portas. Meu avô foi um grande frequentador do “Gamba”, como eram conhecidos os cabarés na cidade. Ele morreu em abril de 1998, não chegou a ver o fim dos cabarés na Rua José Barbosa da Silva. No aniversário de vinte anos de sua morte, decido escrever sobre um dos ambientes de que ele mais gostava.

AGRADECIMENTOS

Tenho que começar estes agradecimentos por minha mãe. A ela agradeço por várias coisas, mas principalmente por seus ensinamentos sobre coragem: ela é de longe a pessoa mais corajosa que já conheci. Quero agradecer aos meus professores da graduação por todas as contribuições no sentido de me tornar um bom graduado. Em especial, ao Prof. Bruno Gaudêncio pela ajuda neste trabalho.

Agradeço ao pessoal do “Fundão do Busão”. Tive a sorte e o prazer de conviver com pessoas excelentes. As idas e voltas entre Santa Cruz do Capibaribe e Campina Grande não seriam as mesmas sem vocês e nossas cachaças, com vocês eu vivi. Agradeço de coração ao amigo João Paulo Porto, obrigado pelos ensinamentos, JP! Agradeço a Saulo Alves, muito obrigado pelo som, “Safadin”! Agradeço a Cledson pelas caronas e risadas, muito obrigado, macho! Agradeço a Marcelo, muito obrigado pelas conversas, grande físico! Agradeço a André, Fabricio, Maicon, Petrônio, Gilmara, Rivonaldo, Conceição, Anderson, Antônio, David, Laís, Rodolfo, Ângela e Janielson. Vocês foram outros professores, com vocês fiz mais que outra graduação.

Agradeço também aos meus colegas de turma. Em especial, aos que terminaram essa jornada comigo. Hugão, Zé, Chico, Michel, Joabson, Moreno, Rodrigo, Tissiane, Ivinho, Ramon. Tivemos grandes momentos de debates, de risadas, de companheirismo. Nossa turma é uma das melhores que esse curso já viu! O tempo será implacável, como já sabemos, mas vocês sempre estarão no meu coração.

Continuo agradecendo a Natalia Arruda, secretaria da vara criminal do Fórum de Santa Cruz do Capibaribe; Dona Lourdes, moradora da Rua José Barbosa da Silva, e a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Vereadores. Agradeço profundamente a todos que me ajudaram na pesquisa.

Gostaria de fazer três agradecimentos especiais. Um é a Seu Antônio. Aquele velho é uma das pessoas mais legais com quem já tive contato. O chá de seu Antônio é com certeza uma das melhores coisas que levo da UEPB, estudei muito bebendo aquele chá, muito obrigado por tudo, Seu Antônio!

A segunda pessoa é Preto. O nobre Preto dirige ônibus de universitários há anos, ele conhece o trecho entre Santa Cruz e Campina Grande como poucos. Mesmo com suas brincadeiras, sinto que ele tem noção da responsabilidade que carrega nas costas. Foi com ele dirigindo que muitos estudantes de Santa Cruz, por quase duas décadas, fizeram sua graduação. Preto é um Herói, daqueles que não são valorizados como deveriam. Muito Obrigado, Preto!

E tenho um sentimento de profunda gratidão a Gabriela, Gabizinha. Minha namorada, muitas vezes meu refúgio. Obrigado, meu amor!

Enfim, quero agradecer a todos os queridos e queridas que direta ou indiretamente ajudaram-me nesta peleja.

“Dans ma rue y'a des gens qui s'promènent,
J'les entends chuchoter et dans la nuit.”

Edith Piaf.

RESUMO

A zona do Baixo Meretrício em Santa Cruz do Capibaribe, interior de Pernambuco, no período entre 1991 e 2003, foi alvo de uma série de discursos que constituíram imagens acerca daquela região. A Rua José Barbosa Da Silva e toda a região que abrigava os cabarés da cidade são palco para este texto. Para analisar esses discursos, foi importante a utilização de conceitos tais como o de “degenerado”, presente na obra do filósofo francês Michel Foucault, intitulada “A Microfísica do poder” (2015), e vários outros. No primeiro capítulo, há uma análise de questões relacionadas a processos de crimes relativos a assassinatos ocorridos no espaço do cabaré, nos anos de 1991 e 1992 e, para tanto, nós utilizamos dois processos de assassinatos acontecidos na zona do Baixo Meretrício, nos quais são abordadas algumas questões relativas a violência no âmbito dos cabarés. No segundo capítulo, a mulher, a igreja católica e a religiosidade nos cabarés são trabalhadas através de uma discussão teórica acerca das lutas das mulheres na nos espaços políticos e na academia, assim como a análise da aproximação da igreja com as prostitutas via Pastoral da Mulher Marginalizada e da religiosidade observável nas pinturas penduradas nas paredes de alguns imóveis da conhecida Rua do Cabaré. No terceiro e último capítulo, é discutido como a Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe transformase em um lugar de disciplinarização do Baixo Meretrício. Observamos como alguns discursos, requerimentos, projetos de lei e projetos de resoluções internas contribuíram para isso.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Cruz do Capibaribe. Disciplinarização. Baixo Meretrício. Mulheres.

RÉSUMÉ

La zone de prostitution dans Santa Cruz do Capibaribe, Intérieur d'Pernambuco, durant la période allant 1991 et 2003 a été la cible d'une série de discours que constituait images à propos de la région. La rue José Barbosa Da Silva et toute la région qui abritait les cabarets de la cité sont-ils l' scène pour ce texte. Afin d'analyser ces discours, il était important d'utiliser des concepts tels que celui de "dégénéré" présent dans le travail du philosophe français Michel Foucault sous la rubrique *A Microfísica do poder* (2015), et plusieurs autres. Dans le premier chapitre, il y a une analyse des problèmes liés aux crimes liés aux meurtres survenus dans espace cabaret, dans les années 1991 et 1992, Pour cela, nous allons utiliser deux processus judiciaires de meurtres dans la région de la zone de prostitution, où sont abordées des questions relatives à la violence, dans le contexte des Cabarets. Dans le deuxième chapitre la femme, l'église catholique et la religiosité dans les cabarets sont-ils travaillés, à travers une discussion théorique sur les luttes des femmes dans les espaces politiques et académiques, ainsi que l'analyse de l'approche de l'église avec les prostituées via la Pastorale des Femmes Marginalisées, Et dans la religiosité observable dans les peintures accrochées sur les murs de certains bâtiments de la célèbre rue Cabaret. Dans le troisième, et dernier, le chapitre est discuté comment la chambre du conseil de Santa Cruz do Capibaribe c'est transformé en un lieu de disciplinarisation de la zone de prostitution, Nous observons comme quelques discours, requête, proposition de loi et proposition de résolutions internes, contribué à cette.

MOTS-CLÉS : Santa Cruz do Capibaribe. Disciplinarisation. Prostitution. Femme.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01: Bebidas, mulheres e cliente. Década de 1990.

Foto 02: Venda dos primeiros produtos de Sulanca. Década de 1970.

Foto 03: Comemoração em uma das residências no Baixo Meretrício.

Foto 04: Três rapazes tomando algumas cervejas em um dos bares da Rua do Cabaré.

Foto 05: foto em uma das casas do Baixo Meretrício de Santa Cruz.

Foto 06: Moças em pose em uma calçada da Rua do Cabaré com a palavra “puta” em destaque.

Foto 07: Duas mulheres bebendo em uma das calçadas da Rua do Cabaré à luz do dia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - OS CRIMES NO CABARÉ: O BAIXO MERETRÍCIO COMO ESPAÇO DE VIOLÊNCIA	17
1.1 Mortes no Cabaré.....	18
1.2 Cervejas e mulheres, motivos para uma morte?	19
1.3 O uso de processos criminais na produção historiográfica	24
1.4 Rivalidades, ameaças e mortes	25
CAPÍTULO II - O CABARÉ E A RELIGIOSIDADE: AS MULHERES E A FÉ NO BAIXO MERETRÍCIO	31
2.1 Debates e cotidiano.....	32
2.2 O debate sobre as mulheres.....	34
2.3 A religiosidade em imagens	39
CAPÍTULO III - O PROCESSO DE DISCIPLINARIZAÇÃO: A CÂMARA E O CABARÉ EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	45
3.1 O cenário político	46
3.2 Para qualquer outro lugar!	48
3.3 O início do novo código.....	54
3.4 O Código de Posturas: A disciplinarização institucionalizada.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre diferentes discursos que incidiram sobre o entorno da Rua José Barbosa da Silva, conhecida por “Rua do cabaré”, em Santa Cruz do Capibaribe, no interior de Pernambuco, entre a década de 1990 e os primeiros anos do século XXI.

Uma “terapêutica¹” foi elaborada para que os que não estejam “adequados”, para que aqueles que, de alguma forma, não estão de acordo com o modelo do pensar dominante (de caráter burguês), sejam repelidos. Tal processo é constituidor de discursos. Essas formas de materialidade do poder são lançadas nos corpos do tecido social. Este trabalho partiu de três lugares de fala acerca dos cabarés da Rua José Barbosa da Silva.

Inicialmente, tratamos de como as redes de discursos no âmbito do Judiciário Municipal projetaram sobre esta rua a imagem de lugar do crime. Para tanto, analisaremos dois processos de crimes: o processo Nº 18-90.1992.8.17.1250, de autoria da Justiça Pública que versa sobre o assassinato de José Mota da Silva, que teria sido praticado por Severino Pedro da Silva Filho, e o processo Nº 28-03.1993.8.17.1250, também de autoria da Justiça Pública, que teve como vítima Adalberon Tertuliano de Omena e, como réu, José Gonzaga Ferreira da Silva. Ambos foram crimes ocorridos nos cabarés da rua já citada.

Nesses processos, evidencia-se a construção de uma imagem da Rua do Cabaré, e tentaremos mostrar como esta construção discursiva abriu caminho para anos mais tarde a Câmara de Vereadores iniciar uma outra narrativa, ancorada na jurídica, também, que levou ao fechamento destes estabelecimentos.

O segundo momento em destaque em nosso trabalho é a questão dos novos debates em torno da mulher, principalmente após a década de 1960, e as relações entre essas discussões e a Pastoral da Mulher Marginalizada, além da religiosidade no Baixo Meretrício de Santa Cruz.

No terceiro momento, a análise dos discursos na Câmara de Vereadores será o âmago do trabalho. Nesse momento, analisaremos as atas, requerimentos, ofícios e projetos de leis e de resoluções de 1997 até 2003. Tais fontes nos possibilitaram ter um panorama relevante dos atos tomados no âmbito do Legislativo quanto à questão dos cabarés. Esse recorte justifica-se por ser o espaço de tempo entre o primeiro documento com o intuito de disciplinar os cabarés a

¹ Utilizamos esse conceito partindo do entendimento de Michel Foucault em *Microfísica do Poder* (p.234.). Terapêuticas são aqui, neste caso, táticas de eliminação dos degenerados discutidos por Foucault, aqueles que seriam prejudiciais ao tecido da sociedade.

circular naquela Casa Legislativa (Requerimento 301/97 de autoria do Vereador Dimas Dantas) e a criação do Código de Posturas da cidade em 2003.

Partimos da perspectiva de algumas bibliografias para entender todos esses processos, principalmente o pensador francês Michel Foucault (2015). Com Foucault tomamos como parâmetro a perspectiva do lugar do “degenerado” presente em *Microfísica do poder*, livro organizado por Roberto Machado no Brasil, constituído por um conjunto de ensaios da segunda fase de Foucault. Mas também dialogamos com outras bibliografias, tais como: *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a paixão terna*, de Peter Gay (1990). Esta obra nos ajudará na compreensão do sentimento de higienização de caráter burguês muito presente dos discursos que serão analisados.

Também lançamos mão de alguns autores nacionais, tais como: Margareth Rego (2014), Claudia Fonseca (2017), Uelba Alexandre Nascimento (2008), dentre outros, evidentemente. Além de alguns historiadores que têm por objeto a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, como os colegas historiadores Romenick Stiffen (2012) e Saulo Alves (2015). Ambos foram de grande importância quanto a questão das especificidades da história local, o primeiro trata da “Feira da Sulanca” e o segundo da cultura política da cidade.

Todas essas fontes e referenciais nos ajudaram em nosso objetivo de estudar os discursos acerca da “Rua do Cabaré”. Mas por que estudar este assunto? A produção historiográfica em Santa Cruz do Capibaribe é demasiadamente focada em questões estritamente políticas. O que é compreensível, tendo em vista que Santa Cruz é uma cidade onde a política é o principal assunto. Porém, este enfoque faz com que alguns pontos sejam deixados de lado

Além do mais, estamos imersos no debate acerca da História Local. Este movimento de entender aspectos particulares de certas localidades é relativamente novo na produção historiográfica brasileira, o que não diminui sua importância. Adentrar em questões locais é também um movimento político no sentido de mostrar que a História não é algo restrito dos grandes centros. Falar sobre a “Rua do Cabaré” é falar sobre as mentalidades presentes na Santa Cruz do Capibaribe da virada do século XX para o XXI. Esse movimento é importante para entendermos certas mudanças culturais que aconteceram com o desenvolvimento industrial de Santa Cruz.

Nossa Pesquisa no Fórum, nos arquivos pessoais e na Câmara de Vereadores da cidade para a análise de um único objeto foi um movimento singular na produção historiográfica de Santa Cruz, o que nos possibilitou levantar questões relevantes para o conhecimento de nossa história, mesmo que relativamente recente e também ajudará outros pesquisadores do futuro

que tenham algum encontro com essas questões que ora analiso. Este trabalho pretende-se ponto de partida.

Uma produção científica tem que ser ancorada em determinados procedimentos que lhe confere estatuto de cientificidade e legitimidade. Sem tais âncoras, pode receber vários nomes, menos de ciência. Uma destas âncoras é justamente o diálogo com uma produção anterior acerca de seu tema.

Ou seja, na produção historiográfica, vários outros autores trataram sobre o tema da prostituição atentando para os discursos sobre ela. Para além disso, tentei mostrar como este Baixo Meretrício foi entendido como lugar do “degenerado” e tal lugar só existe em oposição ao visto como “correto” ou “exemplar”. Portanto, torna-se relevante para meu trabalho entender a história da família, visto que essa é a instituição que sofreria com o Cabaré.

Sobre esta questão da família, dialogo com Eni Mesquita Samara. Em *A família brasileira (2004)*, livro até certo ponto curto, mas muito útil para analisar a questão da família no Brasil, inclusive trabalhando diálogos com outras áreas como Antropologia e Sociologia. Tal obra nos ajuda a entender certas práticas que constitui uma espécie de pilares da “família” Brasileira, o diálogo torna-se interessante justamente no que toca à compreensão de como esses pilares estariam ameaçados pelo contato com o cabaré e como o “degenerado” contribuiria para corroer esses pilares tão fundamentais da instituição família.

Apesar de tratar-se de um objeto que, a princípio, não seria o mesmo, é perceptível o quanto este diálogo enriquece meu trabalho. E mesmo com as diferenças de recorte temporal que esta e outras obras com as quais me proponho a dialogar têm com o meu recorte, tal procedimento desde que tomemos cuidado em mostrar as diferenças de objeto e não caiamos no pecado do anacronismo.

O Baixo Meretrício é, na esmagadora maioria das vezes, um lugar de mulheres, elas que são as prostitutas. Essas mulheres prostitutas são disciplinadas por vários discursos, e há uma obra que trabalha exatamente nesta perspectiva: *Meretrizes e Doutores (2004)*, de Magali Engel.

Nesse trabalho, a historiadora analisa como o discurso médico no Rio de Janeiro do século XIX vai constituir um lugar para a mulher prostituta: o lugar da doente. Partindo dos escritos do médico higienista francês Parent-DuChâtelet, a academia de medicina no Rio de Janeiro se fez palco para um debate sobre a questão da prostituição e este debate é o objeto de Engel. Neste sentido, o diálogo surge na questão de como certos discursos criam uma imagem de como seria esta prostituição, o lugar do doente na obra de Engel, e o lugar do degenerado no meu trabalho.

Ainda neste sentido, a já citada obra *A Experiência Burguesa: da Rainha Vitória a Freud: II - A Paixão Terna* (1990) nos ajudou entender como os médicos e políticos britânicos do século XIX discorreram sobre a questão da prostituição. Essa obra do historiador norte-americano Peter Gay parte de uma perspectiva social para entender como o discurso burguês instituiu o espaço da prostituição. Esse discurso burguês não tomará guarida em conceitos religiosos, ele irá trazer um discurso “científico”.

A eugenia tornar-se-á o discurso central nesta questão, é ela, por exemplo, que vai tentar controlar a prostituição e que a colocará para lugares periféricos das cidades. O diálogo aqui é exatamente neste aspecto. Em Santa Cruz do Capibaribe, era este discurso eugenista muito presente na Câmara dos Vereadores, mais precisamente na figura do Vereador Dimas Pereira Dantas.

Continuando na análise do discurso burguês e a prostituição, utilizamos a obra de Margareth Rago, *Do Cabaré ao lar* (2014), onde a autora irá mostrar como o burguês (dono de fábrica) constitui uma normativa para as mulheres, uma disciplina. Nessa mesma obra, a autora mostra como esta normativa também estava presente na intenção dos homens das classes operárias da São Paulo das primeiras décadas do Século XX. Ou seja, essa obra nos ajuda a entender a complexidade desses discursos que criam normas para as mulheres. Enfim, estas obras e outras mais nos ajudaram a ter uma visão ampla na análise das fontes do nosso trabalho, além de situar meu trabalho em um cenário mais amplo dentro do ambiente da produção historiográfica.

A produção historiográfica tem que estar circunscrita a determinados elementos que caracterizam esse métier. Um destes elementos é o procedimento metodológico. Este trabalho será feito a partir da análise de um conjunto de fontes primárias. Iremos dividir nosso trabalho em três momentos a fim de facilitar a compreensão da utilização das fontes. Trataremos os discursos entorno do cabaré, utilizando os autores já citados.

Em um primeiro momento, partimos de um espaço de normatização: o espaço do Judiciário. No segundo momento trabalhamos principalmente com fotos de um arquivo pessoal. No terceiro, tratamos de como os discursos dos vereadores da Câmara de Santa Cruz do Capibaribe lidavam com a questão da prostituição na “Rua do Cabaré”. Para analisarmos como determinado assunto era tratado por aquela Casa de Leis, é imperativo irmos aos seus arquivos.

No arquivo da Câmara de Vereadores, iremos analisar um conjunto de documentos referentes ao período entre 1997 e 2003. Este recorte se justifica por ser justamente esse o período em que a câmara empreende uma sanha normativa que tem por alvo os cabarés da Rua

do Cabaré. A legislatura de 1997-2000 é repleta dessas tentativas de normatização. Tentativas essas que chegam ao seu auge na confecção do Código de Posturas do Município de 2003.

Na pesquisa na Câmara de Vereadores, nos deparamos com documentos como os Livros de Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, dentre outros. Levando em consideração que não há vídeos ou áudios das reuniões da Câmara no período estudado, os Livros de Atas tornam-se documentos essenciais para nossa pesquisa. Entretanto, ainda no âmbito da casa legislativa, utilizaremos requerimentos, projetos de lei, leis, projetos de resoluções, resoluções e ofícios, todos com o intuito de entender como esse lugar via a questão da Rua do Cabaré.

Partimos de análises de casos para tirarmos conclusões de como esses espaços de poder tentaram constituir lugares discursivos para o Baixo Meretrício. Neste sentido, e em qualquer trabalho historiográfico, a análise das fontes é fundamental. É, em verdade, o âmago do trabalho do historiador.

CAPITULO I

OS CRIMES NO CABARÉ: O BAIXO MERETRÍCIO COMO ESPAÇO DE VIOLÊNCIA

1.1 Mortes no Cabaré

Estamos em Santa Cruz do Capibaribe, Agreste de Pernambuco, a 192 km de Recife, na zona do Baixo Meretrício da Cidade, a Rua José Barbosa da Silva, àquela altura já conhecida como “Rua do Cabaré”. Nosso cenário é uma cidade em processo de industrialização muito dinâmico, feito, principalmente por pequenas indústrias muitas vezes familiares. Um município que já tinha sua população majoritariamente urbana.

A zona do Baixo Meretrício em Santa Cruz do Capibaribe nos primeiros anos da década de 1990 é uma região que naquela altura era considerada periférica², popular e, portanto, como podemos notar nas palavras de Rago (2008, p. 195), com “modos específicos de funcionamento: códigos, leis e práticas que configuravam uma cultura diferenciada”. Evidentemente, há diferenças entre a zona do Baixo Meretrício de São Paulo nas primeiras décadas do Século XX analisada por Rago e a região da nossa Rua do Cabaré³, todavia ambas eram influenciadas por um desenvolvimento econômico e urbano que incidiram na construção das culturas destas regiões.

A região dos “cabarés” era composta principalmente pelas esquinas da Rua José Barbosa da Silva com a atual Rua Teonilo Silvestre e da Rua Eunice Maria Aragão com a Rua Emília Nicaria Aragão, todas localizadas no bairro São Cristóvão. É importante deixar claro que a Rua José Barbosa é o espaço privilegiado de nosso trabalho, entretanto situar a região que compunha o Baixo Meretrício no período estudado tem fundamental importância.

Eram aproximadamente 2h30 da madrugada de uma sexta-feira. O movimento é o corriqueiro. Nos bares da Rua José Barbosa, homens bebem; alguns, na companhia de moças. Outros dançam, e há, ainda, aqueles que estão nos “quartinhos”⁴, que marcavam a paisagem da região, ao usufruir dos serviços ofertados naquela zona. Na Boate de Clarice, situada no Nº 52, está Adalberon Tertuliano de Omena. Ele vai morrer! Levará dois tiros: o primeiro pegará na região auricular esquerda; a segunda bala atingirá a região lombar. A partir daquela madrugada do dia 27/11/1992, tem início o inquérito policial que compõem a primeira parte do processo 0000028-03.1993.8.17.1250.

² No processo Crime 0000018-90.1992.8.17.1250 a expressão “periferia desta cidade” aparece diversas vezes para designar a região do Baixo Meretrício.

³ Estamos falando de uma diferença de mais de 70 anos entre o recorte temporal de Rago (2008) e o nosso. Além do mais, há diferenças importantes nas próprias cidades: a São Paulo objeto de Rago (2008) é uma metrópole central da vida brasileira, já nossa Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade bem mais modesta. Essas diferenças são merecedoras de destaque.

⁴ Lugares destinados à prática sexual. Estes “quartinhos” poderiam ser os fundos dos bares e boates ou, ainda, imóveis destinados apenas a essa prática.

Quase um ano antes a zona do Baixo Meretrício foi palco para outro crime de homicídio. Desta vez, o crime aconteceu no Bar de “Bio”, alcunha para Severino Pedro da Silva Filho. No referido lugar, na madrugada do dia 30/11/1991, Bio matou “Zé Mota” com 17 facadas utilizando-se de uma faca peixeira que ele guardava para cortar cocos. E assim inicia-se o processo Crime 0000018-90.1992.8.17.1250 que também tramitou na comarca de Santa Cruz do Capibaribe. Esses serão os processos que iremos analisar aqui.

Ao trabalharmos processos criminais, devemos nos atentar para todas essas questões. Elas não invalidam a fonte; pelo contrário, têm um potencial enriquecedor. Desde que não nos coloquemos como juízes, desde que não queiramos resolver o caso, esse tipo de fonte pode nos ajudar a entender como certos atores agiam de acordo com determinadas circunstâncias, e através desse agir podemos entender esses “agentes sociais”.

Esses dois processos têm em comum, para além do espaço do Baixo Meretrício, serem peças que demonstram que um lugar originalmente destinado ao prazer poderia também ser espaço de violência. Cada um dos processos tem suas peculiaridades, como demonstrei no decorrer do texto, entretanto esses se colocam enquanto exemplos de momentos em que essa violência se materializou.

1.2 Cervejas e mulheres, motivos para uma morte?

Zé Mota era dono de bar na Rua do Cabaré, entretanto ele deixou seu bar de lado naquela noite de novembro de 1991 para ir a uma seresta que estava acontecendo no bar de “Maria Cacau”, na Rua Emília Nicaria Aragão. Após um tempo na seresta, ele foi até o bar de Bio, que era ao lado, e ali acabou morto. Tem início o inquérito policial que compõe a primeira parte de um processo de duzentas e quinze (215) páginas.

O primeiro documento é o ATO DE PRISÃO EM FRAGANTE DELITO, em que o escrivão da delegacia de polícia de Santa Cruz Do Capibaribe diz que compareceu àquela delegacia o agente de polícia José Givanildo Lucena, natural de Caruaru, mas residente em Olinda, ambas em Pernambuco, e que esse mesmo agente: “se encontrava de plantão nesta DEPOL, onde juntamente com outros policiais estava realizando rondas nas **periferias desta cidade**” (PERNAMBUCO, 1992, p. 2, grifo nosso).

A primeira coisa que podemos deduzir disto é que a zona do Baixo Meretrício era estigmatizada como zona merecedora de atenção, ali já era lugar de constante cuidado por parte dos aparatos repressores do estado. Mas, prosseguindo, diz o escrivão que eles estavam próximos ao bar de Maria Cacau quando:

[...] ouviram um grande tumulto, bem como, pessoas dizendo que haviam matado um popular ali próximo, ocasião onde se dirigiram ao local do ocorrido, onde encontraram o popular de nome José Mota da Silva, vulgo 'Zé Mota', todo esfaqueado, onde procuraram o agressor, o qual estava naquela ocasião, não dando margem do mesmo se evadir, e que o mesmo ainda estava com arma em punho [...] (PERNAMBUCO, 1992, p.2).

Segundo o Agente Lucena, no primeiro depoimento na delegacia, o então suspeito Bio teria dito que o crime teria acontecido por motivo de uma dívida de algumas cervejas que a vítima teria ingerido e não queria pagar. Todo o processo decorre no sentido de entender os motivos da desavença.

O primeiro a testemunhar no caso foi o senhor Rosivaldo Pereira da Silva. Ele era residente da Rua José Barbosa, portanto vizinho da vítima. Disse que não viu a vítima embriagada em momento algum, que ela estava muito sóbria quando saiu da seresta do bar de Maria de Cacau e se dirigiu até o bar de Bio. Logo após isto, ele relata que o sobrinho da vítima, Ismael Mota, lhe pediu ajuda porque teriam matado seu tio. Rosivaldo teria pegado seu carro e levado o corpo da Zé Mota até o hospital, mas este já chegou morto.

No depoimento de Rosivaldo, percebemos que a desavença entre Zé Mota e Bio foi em um curto espaço de tempo. Entretanto o mesmo diz que, ao chegar ao bar de Bio, presenciou ao proprietário "afirmando espontaneamente que assassinara o Zé Mota em virtude de uma pequena conta sobre pagamento de algumas cervejas que havia ingerido no seu bar" (PERNAMBUCO, 1992, p.3). Essa versão é também confirmada por José Luís da Silva, de 18 anos de idade, que diz conhecer Zé Mota. Essas primeiras testemunhas sustentam que o assassinato teria ocorrido por uma conta referente a algumas cervejas, porém nos cabe levantar algumas questões: o Baixo Meretrício é um espaço onde as bebidas alcoólicas são muito comumente consumidas e por isso um lugar onde conflitos decorridos de contas não pagas ou a pagar tendem a ser constantes, teria mesmo esse sido o motivo deste assassinato?

E o que teria levado Zé Mota até o bar de Bio? É de conhecimento geral que o próprio Zé Mota era dono de um bar na Rua José Barbosa da Silva e também merece destaque o fato de que o evento era no bar de Maria de Cacau, era lá que estavam todos os mencionados até aqui neste processo, inclusive a própria vítima.

No primeiro momento em que o acusado fora instado a se pronunciar nos autos do processo, o mesmo teria dito por intermédio do escrivão que:

[...] Hoje pela madrugada encontrava-se no seu bar, que fica no endereço acima citado, onde fica próximo a um outro bar em que se realizava uma seresta, conhecido por bar de Maria de Cacau, **oportunidade em que chegava em seu recinto um popular chamado Zé Mota, aparentando visível estado de embriaguez alcoólica, acompanhado de duas senhoras** das quais conheceu apenas de vista, **naquela ocasião os quais dançaram no seu estabelecimento comercial e ingeriram em média seis (06) cervejas**[...] (PERNAMBUCO, 1992, p. 5, grifos nossos).

Aqui temos alguns elementos que divergem e que acrescentam ao que foi falando pelas testemunhas anteriormente. Bio contradiz as testemunhas ao dizer que Zé Mota já estava em estado de embriaguez quando chegou em seu bar.

O segundo ponto é igualmente interessante, Zé Mota não estava só quando entrou no bar nesta primeira versão de Bio: ele estava acompanhado de duas mulheres. Este ponto em todo o decorrer do processo é apenas retomado quando do primeiro depoimento para o juiz da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe. Na construção desta fala de Bio, podemos ver o Zé Mota como aquele indivíduo ambientado ao clima de cabaré, bêbado e acompanhado de mulheres.

Foto 01: Bebidas, mulheres e cliente. Década de 1990.



FONTE: Arquivo pessoal de Dona Lourdes.

Cervejas e mulheres. Uma combinação demasiadamente comum no ambiente do cabaré, como podemos observar na foto 01, que registra um dos bares que compunha a Rua do Cabaré nos primeiros anos da década de 1990. O oposto do que falam as outras testemunhas, principalmente José Luiz, que atesta positivamente a memória de Zé. Mas o depoimento de Severino Pedro da Silva prossegue:

[...] que o acusado ao se dirigir para o mesmo, no intuito de acertar as contas, ou seja, a conta da cerveja o mesmo (Zé Mota) lhe afirmara que não pagaria, oportunidade que o acusado se dirigira ao bar onde guardava uma faca peixeira, com aproximadamente doze (12) polegadas, hora apresentada e reconhecida pelo mesmo, a qual **desfrutará de vários golpes no popular conhecido por Zé mota, atingindo em primeiro lugar na barriga do mesmo, não dando margem de defesa em hipótese alguma. Bem como não havendo nenhuma ameaça ou reação por parte da vítima [...]** (PERNAMBUCO, 1992, p. 5, grifo nosso).

Nesta primeira versão, apresentada ainda na fase do inquérito policial, Severino Pedro assume o crime e ainda teria confessado que o fez sem dar chance a vítima. Essa versão também será abandonada durante todo o prosseguir dos autos. Ainda teria concluído seu depoimento dizendo que, “se arrepende do crime que cometeu simplesmente pelo motivo de não ter havido briga entre eles e nem reação por parte da vítima” (PERNAMBUCO, 1992, p. 6).

Severino Pedro da Silva Filho foi acusado de ter incurso em crime com penas previstas no Artigo 121, § 2º, do Inciso II, do Código Penal⁵ por ter matado José Mota da Silva.

No dia 5 de dezembro de 1991 o irmão de Zé Mota, Nascido Mota da Silva, presta um depoimento na delegacia de polícia de Santa Cruz do Capibaribe, na condição de informante. Ele iniciou dizendo que não presenciou o fato, que naquela madrugada encontrava-se em casa, mas levantou uma questão importante:

[...] Indagado do depoente se o mesmo sabia o motivo do crime, este respondeu que foi informado **que o fato se relacionava a causa de mulheres** e que o crime aconteceu na residência do criminoso, mas que não pode informar melhor (PERNAMBUCO, 1992, p. 15).

Isso mesmo, o grifo não é nosso. No processo original esse trecho está destacado com caneta esferográfica preta. O mesmo trecho que nos chamou atenção hoje também chamou de outra pessoa que não sabemos de quem se trata, esse processo pode ter passado nas mãos de várias pessoas entre advogados, autoridades judiciais e até, quem sabe, curiosos. O fato é que

⁵ O Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 instituiu o Código Penal. Código este que estava em vigor a época dos dois processos analisados neste trabalho. O citado § 2º, do Inciso II dispõe sobre o homicídio cometido por motivo fútil, no nosso caso em questão, a dívida de algumas cervejas.

o irmão da vítima foi até à delegacia de polícia para dizer que o seu irmão foi morto por “causa de mulheres”. Voltamos a questão principal deste processo: o motivo do crime.

No dia 25 de fevereiro de 1992, o agora réu depôs perante o juiz da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe. Reafirmou o suposto estado alcoólico da vítima, além das companhias femininas⁶ do mesmo. A novidade nesse interrogatório perante o juiz foi um desentendimento por causa de um suposto pedido por parte da vítima. Diz Bio que Zé Mota:

[...] Passou a exigir do interrogado que este colocasse música no bar, que o réu disse que não iria ligar o som haja vista a intensidade do barulho já existente em outro bar vizinho; que a vítima exigiu novamente e o interrogado mais uma vez se recusou a atender seu pedido, foi quando a vítima partiu para cima do interrogado [...] (PERNAMBUCO, 1992, p. 35).

Dessa vez, o réu tenta esboçar uma defesa sob o argumento da legítima defesa. Argumento este que é bastante presente em vários crimes que tiveram o cabaré como palco. Inclusive os dois aqui analisados. Apesar de espaços destinados ao prazer, os cabarés eram espaços de tensão, não é à toa que o agente Lucena estava fazendo sua ronda por aquela região no dia do assassinato de Zé Mota. E, devido a essa tensão, há uma constante expectativa de conflitos dos mais diversos. Por isso, os modos, códigos e práticas levantados por Rago (2008), para tentar criar um certo ordenamento naquele ambiente.

O fato é que Bio foi levado ao tribunal do júri pelo assassinato de Zé Mota. Nesta sessão do tribunal do júri, que teve lugar na câmara de vereadores de Santa Cruz do Capibaribe em 18 de novembro de 1993, quase dois anos após o crime.

Nesse tribunal o júri respondeu a uma série de perguntas formuladas pelo juiz. O juiz, após as respostas do júri, julgou procedente a denúncia e condenou Severino Pedro da Silva Filho a 9 anos de prisão. Entretanto o advogado do réu recorreu a levou o caso até o TJPE (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco), em segunda instância, até que, em maio de 1996, esse Tribunal anulou o julgamento por “contradição entre as respostas dos jurados” (PERNAMBUCO, 1992, p. 191). Um novo tribunal do júri foi marcado para o dia 25 de setembro de 1997, entretanto o acusado deixou de ser intimado porque encontrava-se “foragido, em local incerto e não sabido” (PERNAMBUCO, 1992, p. 206).

O que podemos extrair desse caso é que, seja por bebida, dívidas ou mulheres, o clima de tensão fazia qualquer motivo fútil torna-se motivo para um assassinato na zona do Baixo Meretrício de Santa Cruz do Capibaribe.

⁶ Em momento algum o escrivão faz referência a prostitutas. Porém não seria nada forçado deduzir que essas companhias sejam meretrizes.

1.3 O uso de processos criminais na produção historiográfica

O uso de processos criminais na produção historiográfica brasileira teve, na década de 1980, um grande momento. Naquele momento, vários historiadores se debruçaram sobre a utilização deste tipo de fontes. Evidentemente não houve consenso entre os historiadores, assim como ainda não há nos dias atuais. Tentaremos aqui fazer um breve resumo deste debate e de suas implicações para este nosso texto.

Levando em consideração que boa parte do processo crime se baseia em depoimentos de atores que, de uma maneira ou outra, querem interferir no rumo da narrativa do processo, seria este processo o resultado de uma obra de ficção partilhada? Esta foi, com certeza, uma das primeiras questões que os primeiros historiadores que lançaram mão desse tipo de fonte tiveram que encarar.

Sim, os processos criminais são um emaranhado de versões sob intermédio de um terceiro. Ao nos atentarmos para a fase do inquérito policial (que é a fase que privilegia neste trabalho), poderemos notar que vários depoimentos se desmentem, se contradizem, trazem incoerências; todos esses elementos se fazem presentes na escrita do profissional destinado a essa função: o escrivão. A figura do escrivão é central na análise dessa fonte. É ele que “adequa” o discurso do depoente ao linguajar próprio do meio jurídico/policial. Ele está presente em todos os momentos do inquérito.

Para ler processos criminais, portanto, é preciso saber trabalhar com as versões, perceber a forma como elas são construídas. Analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada caso e ficar atento, principalmente, às narrativas que se repetem às histórias nas quais as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita. (GRINBERG, 2009, p. 128).

A utilização destas fontes superou desconfianças iniciais e vários foram os autores que trabalharam com esse tipo de fontes na historiografia brasileira. Na década de 1980, o Brasil passava por um processo de redemocratização e a academia levou a cabo, naquele contexto, uma tentativa de “recuperação” do cotidiano dos trabalhadores.

Vários intelectuais trabalharam com esse tipo de fonte, a exemplo de autores de obras hoje consideradas clássicos como Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e Botequim* (1986) e Maria Helena Machado, em *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888* (1987). Superado esse momento, a utilização de fontes criminais é bastante pacificada e diversificada na produção acadêmica brasileira dos nossos dias.

Utilizamo-la aqui por entender seu potencial analítico do objeto por nós estudado. O cabaré era um lugar onde as condutas criminosas, na perspectiva jurídica, por vezes eram vistas como algo do cotidiano. Ou seja, o crime era comum ali. Porém, uma questão se coloca então: se esse era um espaço que vivenciava em seu cotidiano delitos, quais foram os critérios que nos fizeram trabalhar especificamente os dois processos aqui analisados? É importante levantar essa questão para que o leitor entenda certos aspectos, inclusive da própria pesquisa com fontes judiciais.

Os dois processos analisados neste trabalho foram os únicos assassinatos que aconteceram na zona do Baixo Meretrício encontrados na Vara Criminal do Fórum de Santa Cruz do Capibaribe⁷. Esse fórum se localizara por décadas na Rua José Francisco Barbosa, entretanto, em 2013, um novo fórum foi inaugurado na cidade e, devido à mudança, alguns processos estavam sem qualquer tipo de organização. Essa questão foi, sem dúvidas, um grande empecilho para esta pesquisa. Todavia os dois processos trabalhados são reveladores de aspectos importantes.

O trato direto com as fontes se dá via circunstâncias que muitas vezes fogem da vontade do pesquisador; com as fontes judiciais, não é diferente. A maneira como essas fontes são tratadas por nós, historiadores, não é a mesma com que os agentes do judiciário as tratam, suas visões, anseios e expectativas sobre aqueles conjuntos de papéis são diferentes.

1.4 Rivalidades, ameaças e mortes

O representante do Ministério Público de Santa Cruz do Capibaribe denuncia José Gonzaga Ferreira da Silva. Foi ele que teria matado Adalberon de Omena na Boate de Clarice na madrugada do dia 27 de novembro de 1992. O representante argumenta “que acusado e vítima eram inimigos e que, ao se encontrarem no dia do fato, sem qualquer discussão, o denunciado praticou o fato delituoso” (PERNAMBUCO, 1993, p. 2).

A promotoria arrolou três testemunhas, sendo elas: Severina Maria da Conceição, residente na Rua Dr. Bida, 34, na cidade de Vitória de Santo Antão, prostituta, ao que tudo indica, e acompanhante de Adalberon na noite do crime. Josete Barbosa da Silva, moradora da Rua Lázaro David Monteiro, 238, bairro São Cristóvão, em Santa Cruz do Capibaribe, era ela que àquela altura cuidava da Boate de Clarice. E ainda, Otacílio Lopes da Silva, que morava no nº 64 da Rua Rio de Janeiro, bairro Cruz Alta, também em Santa Cruz. No dia 1º de dezembro

⁷ O que talvez seja fruto do baixo número de crimes que vão a júri no Brasil historicamente. Poucos são os crimes investigados e poucos são os que vão ao tribunal.

de 1992, Severina Maria da Conceição foi ouvida na delegacia municipal; dentre as informações preliminares estão sua idade de 18 anos, o fato de ser analfabeta e sua naturalidade: Vitoria de Santo Antão.

Aqui torna-se imperativo levantarmos algumas questões sobre as mulheres e feira da Sulanca⁸ em Santa Cruz do Capibaribe e para tanto, iremos dialogar com outras fontes. Como nos retrata a foto 01, as mulheres eram responsáveis pela produção e venda das primeiras confecções produzidas em Santa Cruz na década de 1970.

Foto 1: Venda dos primeiros produtos de Sulanca. Década de 1970.



FONTE: Romenyck Stiffen.

Com o passar dos anos, a mulher em Santa Cruz foi adquirindo uma autonomia financeira bastante incomum para o Brasil da época. Isso fez com que nos últimos anos da década de 1970 e durante toda a década de 1980 grande parte das mulheres que eram prostitutas nos cabarés da cidade migrassem para a confecção. Este fato pode ser notado no depoimento de uma das entrevistadas do documentário “Sulanca”, de 1986, produzido pela cineasta pernambucana Kátia Mesel:

⁸ “O neologismo da palavra Sulanca é a junção das palavras ‘Sul’ e ‘Helanca’ – da região Sul onde vinham os retalhos de helanca, matéria prima para a confecção da colcha de retalhos” (SILVA, 2012, p. 26).

Um fato interessante aconteceu com algumas mães de alunos, daqui da escola, é que elas eram prostitutas e praticamente deixaram de exercer essa função por conta da Sulanca, uma vez que trabalhando, costurando ela e os filhos e vendendo na feira eles conseguem sobreviver não necessitando mais de usar esses recursos [Depoimento da professora Gecina].

Como podemos notar nesse depoimento, essa migração se deu pela possibilidade de ganhar mais na feira da Sulanca do que nos cabarés. Isso fez com que a maioria das prostitutas que frequentavam os cabarés de Santa Cruz fossem de fora da cidade, assim como Severina, a prostituta testemunha do assassinato de Adalberon. A maioria, mas não todas. Naturais de Santa Cruz continuaram frequentando o cabaré.

Voltemos ao depoimento de Severina. Ela diz que estava com a vítima no momento do crime, estavam conversando quando alguém chamou Adalberon pelo nome, em seguida disparou um tiro, e nesse momento ela procurou lugar para se esconder, escondendo-se por traz da porta, quando ouviu o segundo tiro. Disse não conhecer o homem que cometeu o crime, mas ouviu no local que ele era conhecido por Gonzaga. Ela continua dizendo: “que, segundo comentários, o Adalberon havia jurado de morte o Gonzaga. Talvez tenha sido esse o motivo de sua morte” (PERNAMBUCO, 1993, p. 7).

A próxima depoente é Josete Barbosa da Silva. Ela confirma que já havia uma rivalidade entre Gonzaga e Adalberon, que o segundo teria ameaçado de morte o primeiro, e que talvez por isso Gonzaga tenha cometido o assassinato. Mas ela traz elementos que merecem uma reflexão de nossa parte:

[...] o Gonzaga se trata de uma pessoa de bem: vive de seu trabalho e demais obrigações familiares. Porquanto, o Adalberon era perturbador da Ordem Pública, ladrão e vivia no cabaré perturbando as mulheres e dando uma de gigolô. (PERNAMBUCO, 1993, p.8).

Nas palavras do escrivão, Josete não apenas constrói um discurso que inverte o papel de acusado e vítima: ela descreve o indivíduo que tem o cabaré como habitat. Este ponto requer uma maior atenção na análise. Adalberon era perturbador da ordem pública porque era ladrão, inclusive estava preso pouco antes do seu assassinato. Vivia no cabaré a perturbar as mulheres, não tinha emprego fixo, caso contrário não teria tempo para “viver” no cabaré. E levando em consideração que Josete era quem cuidava da Boate de Clarice, percebemos sua inconformidade com a presença de Adalberon naquele lugar. Ela termina tachando ele de gigolô, ou seja, talvez

ele perturbasse as mulheres do cabaré por dinheiro, além de seus serviços. Enquanto Gonzaga era o trabalhador, Adalberon era o gigolô.

Adalberon parece ser aquele que foge aos regramentos do Cabaré, porque como nos diz NASCIMENTO,

mesmo no mundo da prostituição, constantemente nomeado como desregrado, havia regras de conduta e uma certa disciplina que elas deveriam seguir para manter um certo ar de civilidade nos bordéis e casas de pensão (NASCIMENTO, 2008, p. 231).

No próximo depoimento, o próprio Gonzaga depõe. Ele segue confirmando a fama de Adalberon dizendo que ele era “acostumado a pegar no alheio” e que “teria saído da prisão recentemente por roubo e uso de maconha”. Ele diz que, por morar próximo ao cabaré (no nº 247 da Rua José Barbosa), acabava por ter contato com várias pessoas que frequentavam aquele lugar. Uma destas pessoas era Adalberon, e que:

sempre que [Adalberon] o encontrava lhe pedia dinheiro e, quando nada conseguia, lhe ameaçava: que por conta desta atitude da vítima discutiu com a mesma diversas vezes. Que em uma destas discussões a vítima passou a lhe ameaçar de morte [...] e por medida de cautela passou a andar armado. (PERNAMBUCO, 1993, p. 9).

Contribuindo para sua imagem de trabalhador, Gonzaga ainda diz que após descarregar mercadoria (o mesmo era descarregador de caminhões) até tarde resolveu comprar um refrigerante na Boate de Clarice e chegando lá se deparou com Adalberon. Argumenta que a vítima partiu em sua direção com uma faca e por isso efetuou os dois disparos e logo em seguida saiu correndo.

Ele sustenta a legítima defesa, como já dito, bastante comum nos crimes no cabaré. Para tanto, utiliza-se dos maus antecedentes da vítima e se desenha como trabalhador. Em colaboração com este desenho vem a próxima testemunha, o senhor Otacílio Lopes da Silva. Este depoente é, sem sombra de dúvidas, de fundamental importância para a defesa de Gonzaga. Ele trabalhou no juizado de menores da cidade e foi lá que conheceu Adalberon, o que evidentemente contribui para atestar a conduta da vítima dos autos. E Continua dizendo que após a última passagem de Adalberon pela prisão o mesmo “passava todo o seu tempo no Baixo Meretrício desta cidade ‘colado’ com malandros e prostitutas sem qualquer tipo de ocupação” (PERNAMBUCO, 1993, p. 9).

No dia 14 de janeiro é expedido o Mandado de Prisão de Gonzaga. Até o dia 16 de março de 1993 ele não tinha sido encontrado. O “trabalhador” Gonzaga teria fugido? No dia 25 daquele mês foi publicado o EDITAL DE CITAÇÃO do réu. No dia 26 de maio do ano citado ouviu-se mais uma vez as testemunhas Otacílio Gomes da Silva e Josete Barbosa da Silva. A novidade desta vez ficou por conta de Severina Maria da conceição, a “mundana” (nas palavras de Gonzaga), que estava com Adalberon na hora do crime, não ter sido encontrada.

Em agosto de 1993, Gonzaga aparece e depõe perante o Juiz da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe. Ele justifica sua ausência dizendo que estava nos estados das Paraíba e de São Paulo a trabalho. Diz ainda que não conhece a mãe da vítima, que estaria sendo ameaçada. Sempre com boas respostas. Em seguida o advogado de defesa investe no argumento de bons antecedentes do réu. Ele junta aos autos um comprovante de residência, a ficha de antecedentes e uma declaração.

Na página 62 do processo há uma declaração de Gaudêncio Gomes Feitosa. Gaudêncio, que já foi vereador pelo município em três legislaturas (encerrando sua vida pública em 1992), além de ter sido candidato a prefeito em 1968. Nesta declaração o político atesta a “boa conduta social” do acusado.

Aos 14 dias do mês de dezembro de 1993 se forma o tribunal do júri na Câmara de Vereadores da cidade. O júri entende que o acusado cometeu o crime por legítima defesa, assim sendo, o juiz julga improcedente a denúncia e absolve José Gonzaga Ferreira da Silva. O Ministério Público recorre da decisão do Júri e leva o caso a segunda instância. Assim como no caso anterior, o julgamento do Tribunal do Júri foi anulado. O caso foi sendo protelado até ser decretada a extinção de punibilidade do fato em 2 de maio de 2014.

Se houve “questão de mulher” ou não na motivação de Bio para matar Zé Mota, ou se Gonzaga foi ou não até a Boate de Clarice com a intenção de matar Adalberon, talvez jamais saberemos. A incerteza nestas questões é natural, não temos como recuperar todos os aspectos do passado. Cabe a nós, historiadores, seguirmos os vestígios deste passado. E, em nosso caso, perceber como estes vestígios nos ajudam a entender melhor certos aspectos acerca do Baixo Meretrício.

No intuito de entender melhor os vários discursos acerca do Baixo Meretrício, se faz necessário trabalhar um dos aspectos mais marcantes de nossa sociedade brasileira: a religiosidade. Para além de espaço de crimes, esse também era um espaço de fé. No próximo capítulo as mulheres, que eram as grandes testemunhas dos crimes ocorridos no Cabaré, são o objeto. Como essas mulheres eram vistas pela sociedade e pela igreja e representações de sua fé serão analisadas no segundo capítulo. Essa análise nos ajuda a perceber aspectos importantes

da cultura dessas mulheres, aspectos que podem parecer contraditórios, mas que são reveladores da complexidade presente no Baixo Meretrício de Santa Cruz do Capibaribe na década de 1990.

CAPITULO II

O CABARÉ E A RELIGIOSIDADE: AS MULHERES E A FÉ NO BAIXO MERETRÍCIO

2.1 Debates e cotidiano

Uma série de debates aconteceu, principalmente na segunda metade do século XX, sobre um conjunto de questões que atingiam direta e indiretamente as mulheres. Esses debates aconteceram em movimentos que perpassaram diversos segmentos do corpo da sociedade do período.

No Brasil, e em diversas partes do mundo, as mulheres lutaram por mais direitos, nos campos ou nas cidades. Essa luta fez surgir discussões, no ambiente político, na academia e nas Igrejas. Este debate pode ser relacionado com as novas tentativas da Igreja Católica de tratar as mulheres “em situação de prostituição”. Surge então, no seio da Igreja Católica, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Pastoral da Mulher Marginalizada.

Essa Pastoral tem por meta torna-se um, ou o, ambiente de debate sobre a condição da mulher prostituta. Entretanto essa pastoral, que tem vínculos com órgãos internacionais, não consegue compreender a complexidade das relações existentes nas zonas do Baixo Meretrício. O que faz com que ela perca força junto a esse público.

No Gêneses, primeiro livro da bíblia, o capítulo três versa sobre o que seria o primeiro pecado: a desobediência às ordens de deus. Lá está a mulher como peça chave neste momento. A mulher é, desde o Gêneses, atrelada ao pecado. E essa noção foi muito presente na construção discursiva cristã ao longo de séculos. A questão da prostituição também já está bastante presente nos livros bíblicos.

Aqui veremos como a relação entre a Igreja e o Baixo Meretrício se deu de uma maneira nacional via Pastoral da Mulher Marginalizada. Essa pastoral começa a ganhar corpo na década de 1960 como uma forma da Igreja Católica lidar com os novos movimentos feministas que começam a surgir.

A Pastoral da Mulher Marginalizada é uma pastoral social atuando no âmbito nacional, ligada ao Setor de Pastoral Social da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Orienta-se pelas diretrizes da CNBB e se relaciona à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz. A PMM tem a missão de ser presença solidária, profética e evangélica junto à mulher, adolescente, jovem ou adulta em situação ou em risco de prostituição, buscando novas relações de gênero e incentivando o seu protagonismo. (Página da PMM, acesso em 04/02/2018, às 19h27)

Essa Pastoral tem seu primeiro encontro nacional em 1974, diretamente vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e fortemente influenciada pelas ideias da Teologia da Libertação⁹. Entretanto,

cabe mencionar que, além de adotarem o discurso da Teologia da Libertação, alguns dos religiosos que participaram desde o início da Pastoral, como frei Baruel Lagenest e o padre Hugues D'Ans se tornariam membros, na década de 1980, da Federação Abolicionista Internacional (FAI). Nessa época, a FAI era dotada de estatuto consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) e tinha como objetivo abolir a exploração da prostituição e o tráfico de pessoas (SKACKAUSKAS, 2014, p. 33).

A FAI, criada ainda em 1875, era uma ferramenta utilizada por aqueles que não queriam uma regulamentação da atividade da prostituição desde o século XIX, mostrando assim que o discurso que embasa a PMM não é novo. Portanto essa pastoral se pretende enquanto lugar de debate para o fim da prostituição. Lutou contra todas as tentativas de regulamentação da atividade e, para tanto, além de utilizar-se do discurso religioso, lançou mão de questões socioeconômicas. Para a Pastoral, as mulheres entravam em situação de prostituição por problemas financeiros. E era aqui que a teologia da libertação era tão cara, na crítica ao sistema capitalista.

Com o intuito de ajudar as mulheres em “situação de prostituição”, foram promovidos encontros e tentou-se ajudar diversas mulheres que tentavam sair daquela condição. A pastoral tornou-se um lugar de debate sobre a questão de prostituição. Entretanto um problema começava a surgir: e se essas mulheres que procuravam a pastoral comessem a se organizar para regulamentar sua situação?

Esse problema fez surgir várias associações de prostitutas que se opunham ao abolicionismo da PMM e levantavam a bandeira da regulamentação da atividade de prostituta. E a Pastoral foi demonstrando sua incapacidade em entender a complexidade da atividade. Não apenas por dinheiro essas mulheres entravam e continuavam nos cabarés. Elas entravam e continuavam, também, porque gostavam. E mesmo assim mantinham sua religiosidade, como veremos no próximo tópico deste capítulo.

Um pouco da complexidade das relações culturais no Cabaré de Santa Cruz do Capibaribe pode ser expresso na análise de algumas fotografias tiradas na Rua José Barbosa da Silva na

⁹ Movimento interno à Igreja Católica de cunho progressista muito forte na América Latina. Para os teóricos da libertação, a fé não estaria desvinculada de uma participação nas questões sociais.

década de 1990, nas quais ficam evidenciadas algumas sensibilidades religiosas daqueles que por ali abitavam. São essas questões que vamos levantar neste capítulo com o intuito de adquirirmos uma visão ampla sobre as questões relativas às mulheres e à Historiografia, às mulheres e à Igreja Católica e à religiosidade das mulheres do Baixo Meretrício na cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

2.2 O debate sobre as mulheres

O Brasil do período que convencionamos chamar de primeira república era um país organizado econômica, política e socialmente de forma que poucos direitos eram garantidos por lei. O estado era mínimo. Porém com o aprofundamento do processo industrial, principalmente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, uma massa de trabalhadores começa a se organizar.

Neste processo, grupos, principalmente anarquistas, tomam a dianteira dos movimentos contestatórios. Como forma de resposta a essa conjuntura, certos padrões intensificam o que Rago (2014) chama de “pedagogia paternalista”¹⁰, que consistia em disciplinar os trabalhadores. Mas como? Por diversas formas tais como construção de vilas operárias (disciplinando suas casas, seu lar); locais de sociabilidade, entre outros. Ao tentar disciplinar o lar, esse projeto paternalista constrói um lugar para a mulher (aqui, a “mulher-esposa-mãe-dona-de-casa”).

Entretanto não é apenas entre os padrões que a mulher é posta em um lugar determinado por outros. No seio do próprio movimento anarquista também há essa tentativa de disciplinar a mulher. Em uma internalização do discurso burguês do século XIX¹¹, à mulher é dado o espaço do lar, era lá que ela poderia desenvolver suas “capacidades natas” e lá, estariam livres da opressão do patrão (e mais, não concorreria com os homens pelos postos de trabalho). Ao tentar livrar as mulheres das disciplinas a que lhes eram impostas na fábrica, esses anarquistas acabaram por disciplinar as mulheres em seu lar. O que acarreta uma contradição que mais tarde

¹⁰ Para um entendimento mais amplo ler RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1980-1930**. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. *Fábrica satânica/fábrica higiênica*. No livro ela tratará do contexto da São Paulo dos fins do século XIX e três primeiras décadas do século XX, levando em conta as relações dos anarquistas dos padrões e da própria modernização da cidade com as mulheres que ali viviam.

¹¹ Sobre a mulher e o imaginário burguês no século XIX, ler GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a paixão terna**. São Paulo: Companhia das letras, 1988-1990. Partindo de ideias freudianas, o historiador analisa a construção de discursos sobre a mulher e a sexualidade no século XIX. O que nos possibilita um entendimento bastante amplo de como a mulher é constituída nesses discursos.

será levantada por várias sindicalistas: como lutar contra a opressão capital/ trabalho sem entrar na questão da opressão homem/mulher?

A despeito da conquista do voto em 1932, pouco avanço houve no sentido de conquistas de direitos até a década de 1960. Nessa década as políticas governamentais ainda eram carregadas de certos simbolismos importantes para nosso texto. Na década de 1960 os movimentos sindicais se dão visando primordialmente as questões relativas as condições salariais. Esta primazia do fator econômico pode ter se dado em decorrência do endurecimento do estado pós Golpe Civil-Militar de 1964. As questões referentes às condições de vida e de trabalho eram pouco levantadas.

Mesmo assim, quando o eram, traziam em si pontos correlacionados aos problemas no entorno da família. Claro, família aqui deve ser entendida como aquela nuclear de caráter burguês¹². Nesse sentido, todas as políticas eram direcionadas ao pai-marido, aquele que teria a incumbência de ser o provedor da família. Assim sendo, o entendimento de mulher enquanto cidadã era atrelado a uma figura masculina.

Entretanto, em âmbito mundial, a mulher vai tendo papel cada vez mais importante dentro de diversas pautas. Em meados da década de 70, enquanto o Brasil estava mergulhado na Ditadura Civil-Militar, grupos de mulheres nos Estados Unidos e na Europa intensificavam os debates sobre a participação da mulher no cenário público, e todo esse movimento tem como símbolo a eleição da primeira mulher chefe de estado na pequena ilha da Islândia.

No Brasil esse movimento se dá em várias áreas também. Vários grupos entorno dos debates sobre o processo de redemocratização têm uma forte presença feminina. Movimentos de mães de presos ou exilados políticos e movimentos de afirmação da importância da participação das mulheres nos espaços de poder nos mais diversos níveis ganham cada vez mais força junto à opinião pública. E é neste contexto que diversos espaços são questionados. Nas fábricas, nos sindicatos, nas associações e nas casas as mulheres foram intensificando o debate em torno delas no período entre 1979 e 1985 de maneira que vários pontos deixaram de ser considerados tabus.

Nos meios sindicais havia intenso debate sobre a maneira como a mulher era vista dentro da luta de classe. Vários líderes sindicais da década de 1960 tiveram sua luta interrompida por diversos fatores, o que propiciou o surgimento de novas lideranças no seio do movimento. E as

¹² Como referência sobre essa questão da família dita nuclear burguesa, é importante a leitura de ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. O capítulo 3, “*A família*”, é particularmente esclarecedor sobre essa questão, levantando como a ascensão do ideário burguês está ligado ao fortalecimento da ideia de “família” defendida por esse grupo.

mulheres têm papel de destaque nesse momento, seja por uma ligação sentimental ou de parentesco com alguém dos sindicatos ou por vontades e necessidades próprias, as mulheres entraram mais fortemente dentro do movimento sindical e levaram debates que não eram comuns.

Essa renovação de pessoas e de pautas leva a um novo olhar sobre a mulher e da mulher. Esse novo olhar é questionador da opressão sofrida pela mulher. Retornamos a este ponto: há coerência na luta contra o capital que esquece a luta contra o machismo? É neste questionamento que os movimentos de esquerda classistas sofrem uma mudança forte no início dos anos 1980.

Várias mulheres questionaram a forma como eram tratadas. Nas cidades e no campo esses questionamentos se deram em espaços onde outrora o discurso masculino era naturalizado. Nas cidades, as universidades, os sindicatos e vários outros lugares foram espaços para que as mulheres tomassem as falas sobre si. É nesse momento que a cidadania começa a ser entendida como um conceito que independe de gênero, como algo de homens e de mulheres. Contribuindo para isso, a luta no campo foi importantíssima.

A luta no campo evidencia uma grande capacidade de mulheres levarem ponderações do âmbito doméstico para as lutas de uma coletividade. Contrariando certos meios que viam a mobilização das mulheres no âmbito rural como algo de muita dificuldade (por conta de serem elas as supostas depositárias de uma noção demasiado conservadora sobre o patriarcado), esses trabalhadores entraram em lutas amplas pela cidadania principalmente na década de 1980.

Ponto interessante sobre essa organização das mulheres rurais é o fato de terem se constituído, primordialmente, no espaço das pastorais. Os sindicatos, que foram para as mulheres do meio urbano um grande espaço de mobilização, não o foram para as mulheres do campo. O sindicato dá lugar às pastorais. Nos movimentos de base da igreja católica, as mulheres foram peça fundamental, aproximando, via ligações familiares, diversos grupos em uma luta organizada:

Os Grupos de mulheres criados no seio da Pastoral da Terra vão além do resgate da identidade feminina ligada ao lar. Não esquecem os laços familiares e os problemas ligados às atividades domésticas, mas os vinculam às condições de vida dos produtores rurais, problematizando sobretudo a fragilidade e a precariedade do vínculo com a terra (GIULANI, 2007, p. 646).

E, ao tratarem das condições de vida e do problema sobre a propriedade da terra, essas lutas femininas entraram em questões como acesso a saúde, educação e outros serviços, o que mostra um refinamento na concepção de cidadania que essas mulheres do campo tinham. Essa abrangência de pauta, saindo da pauta do trabalho em si, e principalmente um contato mais direto com as lutas dos movimentos reivindicatórios, fizeram com que as problemáticas em torno do feminismo tomassem um novo sentido no Brasil.

Essa entrada de um discurso mais acadêmico em meios populares fez enriquecer, nas duas frentes (acadêmica e de rua), a luta das mulheres. A produção historiográfica recente tem levantado questões que não só revelam uma mais efetiva participação feminina na História, como também contribuem para combater noções que trabalhavam com uma de ideia de “sujeito universal”, ou aquelas perspectivas que privilegiavam a história como produção masculina. Nessas produções, quando a mulher era “digna” de uma menção, era junto a algum vínculo com homens. Porém esse silêncio começou a ser mais fortemente questionado desde a década de 1970, paralelo ao florescimento das ideias feministas. Não necessariamente esse primeiro movimento na academia caracteriza-se como feminista, nem discute a fundo as relações de poder levando em primeiro plano a questão do sexo. Entretanto é marcado por um forte sentimento emancipatório feminino. Isso se deu sob dois campos teórico-metodológicos da produção historiográfica: a História Social e a História Cultural.

Dentro de uma perspectiva social, muito mais marcada por conceitos marxistas, a produção historiográfica está interessada em expor os focos de resistência às opressões capitalistas e masculinas. A maneira mais comum de denunciar essas opressões era discorrer sobre os problemas das mulheres no local de trabalho. Nesses primeiros trabalhos a mulher era posta dentro de problemas mais amplos, de caráter econômico e social, o que acabava por deixar silenciadas suas figuras enquanto sujeitos históricos.

Entretanto durante a década de 1980 emergiria uma outra maneira de ver as mulheres dentro da questão social. A obra *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, de Maria Odila Dias, é fundamental para este novo momento. Questões relativas às estratégias informais de resistência, o cotidiano ou as formas de atuação da mulher na vida pública começam a tirar as mulheres do espaço da “trabalhadora” que resiste via lugares formais e trazer novos problemas. Os aspectos da resistência informal das operárias anarquistas é ponto discutido em *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar* (livro já citado neste texto). E vários outros estudos vão mostrar esses outros espaços, como por exemplo o livro de Magali Engel, sobre os discursos médicos relativos a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX, escrito originalmente ainda na década de 1980.

Outras autoras como Laura de Mello e Souza e Mary Del Priore adentram na História das Mentalidades para tratar das mulheres na colônia. Eni Mesquita Samara utiliza-se de métodos quantitativos, o que mostra que vários recursos historiográficos foram utilizados por esse movimento, interno a uma História Social, para discorrer sobre a mulher em vários contextos. Todos esses trabalhos trazendo uma influência da obra de E. P. Thompson. É neste momento que a produção sobre a mulher ganha um status de campo específico de pesquisa historiográfica. E também o impacto dessa produção e das ações das mulheres em vários segmentos da sociedade são mais sentidas.

O estudo da história das mulheres adquire estatuto próprio, afirmando-se como área de interesse na academia, e passa a participar mais intensamente da construção da noção de uma ‘cultura das mulheres’. Fora da academia, as demandas e reivindicações específicas das mulheres penetram nos movimentos sociais, por força de um feminismo que deixa de aparecer de forma muito localizada para emergir no interior dos partidos, sindicatos e inúmeras outras associações (RAGO, 1995, p. 84).

Todavia, se essa produção historiográfica insere as mulheres no processo histórico, também tende a colocar a mulher em um lugar de demasiada potência, tornando-a uma espécie de ser “onipotente”. Fazendo isso, incorre-se no erro de fugir de alguns pontos que não corroboram com certas concepções militantemente defendidas. O processo de dar voz aos silenciados acaba por ser constituidor de sentido, levando ao movimento feminista um certo ar romântico que em muito aproxima-se de características do movimento dito positivista. Entretanto a crítica mais profunda desta produção historiográfica foi levada a cabo por historiadores ligados às ideias pós-estruturalistas. Fortemente influenciados pelos pensamentos de pensadores como Foucault, Derrida e Deleuze, esses historiadores aprofundaram mais o debate acerca das noções de identidade.

Dentre os críticos prevalecia a ideia de que a História Social se utilizava da categoria “mulher” como algo fixo, quase essencialista, sem versar mais profundamente acerca das complexidades sobre a questão. Todavia, ainda era nesta História Social que os movimentos feministas em grande medida se apoiavam, por ser ela a responsável por levantar as questões sobre a mulher, mesmo que de certo modo construindo problemas como o romantismo em torno delas. A luta feminista da década de 1980 utilizou-se muito das produções historiográficas da História Social.

Enquanto que nesta História Social vemos um sujeito que é ator, agindo no seu lugar, na História Cultural o sujeito é “paciente”, sofre uma constituição através de uma rede de

discussão. Essa produção nos faz questionar o âmago da produção anterior, a ideia de opressão. Tal ideia parte do entendimento de que determinado lugar é o lugar do poder, mas dentro de uma perspectiva pós-estruturalista esse poder tem forma de rede, não estaria fixo em um certo lugar. Mas os sujeitos seriam atravessados por redes de poder via discursos.

A questão sexual seria uma dessas questões para a qual a complexidade de práticas não suporta um entendimento binário (homem/mulher). Aqui é introduzido uma nova “categoria”, o gênero. Para além de uma questão gramatical, o gênero possibilitaria entender as mulheres de forma mais satisfatória. Possibilitaria, por exemplo, deslocar o entendimento de “mulher” como uma ideia que remete a uma entidade branca, de classe média. E, em última instância, possibilitaria a discussão em torno das questões da dita Teoria *Queer*. Hoje, no Brasil, há uma forte produção sobre essas questões de gênero em nossa academia, dentro da História Cultural.

2.3 A religiosidade em imagens

Mesmo em um lugar destinado ao prazer sexual e, na moral cristã, por consequência, a tentações ou diretamente ao pecado e, como vimos no capítulo anterior, lugar também de crimes inclusive contra a vida, é possível ver sinais de sentimentos religiosos nas imagens que iremos analisar em seguida. A fé não tem um lugar; se manifestava também nos cabarés da Rua José Barbosa da Silva. Para trabalharmos essa questão, iremos nos utilizar de algumas fotos dos arquivos pessoais de Dona Lourdes, moradora da Rua José Barbosa da Silva.

Para tanto temos que ter alguns cuidados ao utilizarmos esta fonte, devemos atentar, como nos diz Kossoy (2001, p. 107), que:

A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica. Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada: um aspecto determinado.

Portanto, ao utilizarmos fotos como fontes, temos que pensar que essas fotos transmitem imagens escolhidas pelo fotógrafo e muitas vezes pelos fotografados. Há uma série de manipulações na imagem antes dela chegar a nossa posse. Esse “aspecto determinado” é resultado de uma intencionalidade. E essa intencionalidade também pode ser objeto de nossa análise. Vamos às fotos.

Foto 03: Comemoração em uma das residências no Baixo Meretrício.



FONTE: Arquivo pessoal de Dona Lourdes

Quatro senhoras que aparentam ter algo por volta da meia idade. Uma menina menor de idade. Um rapaz. E um senhor também aparentando ter aproximadamente quarenta anos. Uma festa com direito a bolo e confeitos. Uma fotografia normal, de um momento do que parece ser uma aniversário. Um ambiente que é claramente familiar e fraterno. Ao fundo, uma parede azul, algumas madeiras e um quadro.

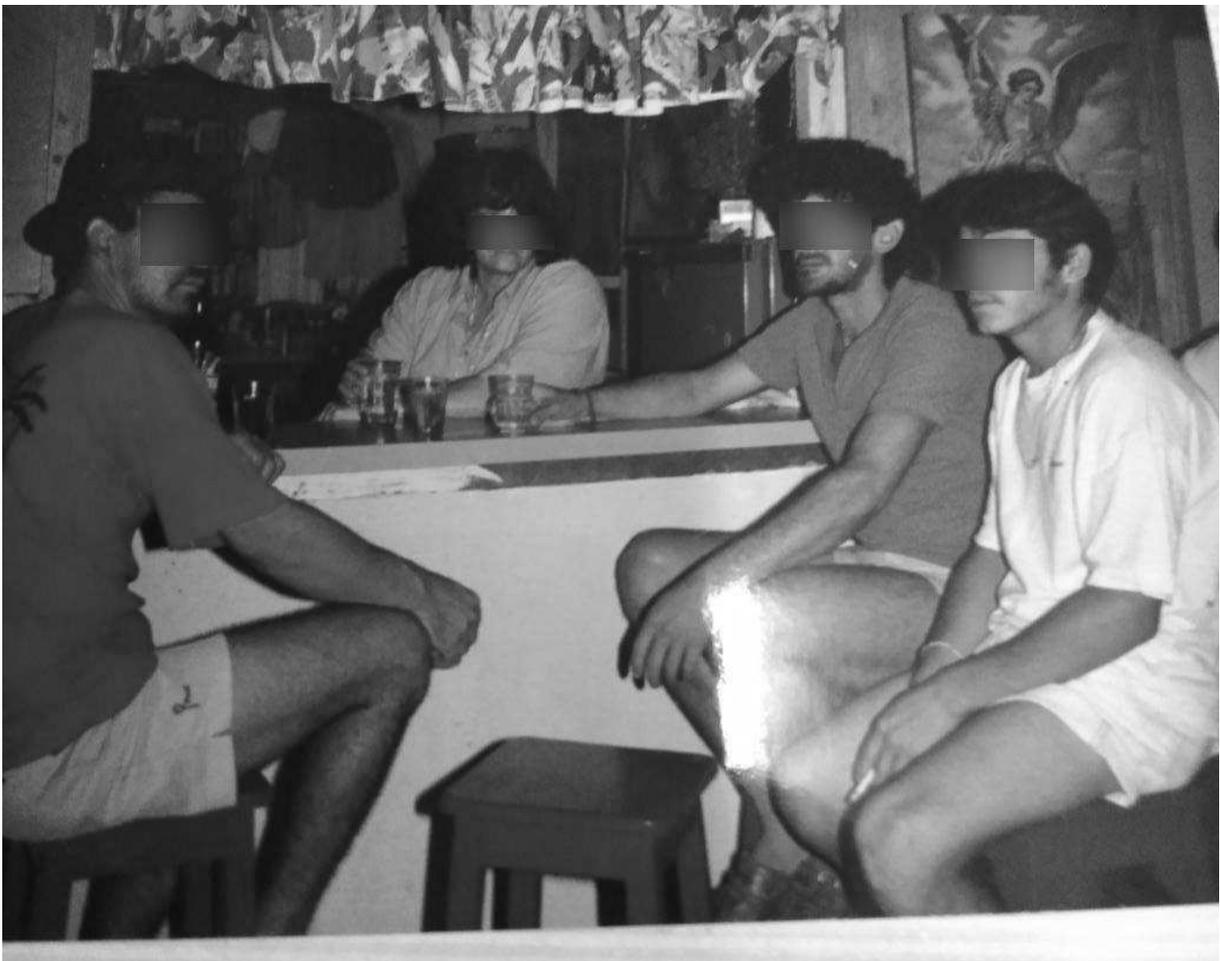
O quadro é uma réplica da famosa pintura de Leonardo da Vinci, *A última ceia*. O quadro representa a última ceia de Jesus com seus apóstolos antes de seu martírio. Uma réplica comum, em um ambiente de descontração. Entretanto é necessário deixar claro que a foto 03 foi tirada em uma das residências da Rua José Barbosa. Esse detalhe nessa foto nos ajuda a perceber como os elementos religiosos estavam presentes no cotidiano daquele espaço.

Evidentemente que minha função aqui não é glorificar o espaço do cabaré; aqui, o que me move é o questionamento. É a inquietude. Mesmo que essa imagem se trate de um momento congelado, ela retrata ou não um momento de prazer? Se retrata, podemos achar que esse era um ambiente de crimes e pecados apenas? No cotidiano daquela gente, a sua religiosidade se manifestava. Sua alegria e suas dores também se manifestavam.

As Mulheres e os homens que frequentavam a zona do Baixo Meretrício em Santa Cruz do Capibaribe carregavam suas crenças religiosas. Imaginar algo no sentido contrário é desconsiderar que aquele era um ambiente popular e a fé é um dos traços fortes da cultura popular brasileira.

Neste sentido, podemos ver diferentes símbolos dessa fé em diferentes momentos, não só nos momentos de descontração familiar podemos notar a religiosidade das pessoas que frequentavam o espaço do Baixo Meretrício. A imagem a seguir é simbólica da fé no ambiente do cabaré em Santa Cruz do Capibaribe.

Foto 04: Três rapazes tomando algumas cervejas em um dos bares da Rua do Cabaré



FONTE: Arquivo pessoal de Dona Lourdes

Na foto 04 podemos ver no canto superior esquerdo a imagem de São Miguel Arcanjo. No mês de setembro acontece uma das festas mais importantes de Santa Cruz do Capibaribe: a festa de São Miguel, padroeiro da cidade. No resto da fotografia temos um trio de jovens bebendo junto com uma mulher no outro lado do balcão. Esta mulher parece servi-los. Aqui é

um ambiente destinado às atividades do cabaré. Não é um cômodo reservado, como parece ser o lugar da foto anterior. Aqui é o bar mesmo. E aqui é que encontramos uma menção direta à religiosidade local. O quadro com a imagem de São Miguel está ao lado de uma geladeira vermelha onde provavelmente estavam guardadas as cervejas que as quadro pessoas da foto tomam. E o ponto aqui é entender que para aquelas pessoas não existia contradição alguma nisso.

Em nossas pesquisas nos arquivos pessoais de Dona Lourdes, uma imagem nos chamou a atenção. Essa imagem é de provavelmente momentos antes de um evento em algum dos estabelecimentos da Rua do Cabaré. Podemos tirar essa conclusão ao analisarmos as vestimentas das pessoas fotografadas.

Foto 05: foto em uma das casas do Baixo Meretrício de Santa Cruz



FONTE: Arquivo pessoal de Dona Lourdes

Na foto 05, temos onze (11) pessoas, das quais cinco (5) homens e seis (6) mulheres. Todos bem vestidos (apensar de alguns botões desabotados). Mas o que nos chamou atenção

na foto não foi nada relacionado a elegância e sim o quadro no canto superior direito: uma imagem de um Preto Velho. Esse elemento da cultura afro-brasileira grita sobre elementos da cultura religiosa do cabaré em Santa Cruz do Capibaribe. As imagens anteriores são representações da religiosidade católica oficial. Portanto, fazem parte de um conjunto simbólico também presente no imaginário religioso dos membros de instituições como a Pastoral da Mulher Marginalizada. Entretanto, essa imagem de um preto velho não está vinculada a essa tradição católica oficial. Os pretos velhos são figuras presentes no imaginário religioso de matriz africana.

Na cosmologia umbandista, os pretos velhos representam os espíritos dos velhos africanos e dos ex-escravos que trabalharam e viveram no Brasil, constituem uma das categorias espirituais do seu panteão, com perfil e caracteres bem definidos. São identificados como espíritos que trabalham na linha direita, ou seja, trabalham para o bem, prestam auxílio aos necessitados e praticam a caridade através da palavra ou de serviços mágicos religiosos. A eles são atribuídas as seguintes qualidades: paciência, resignação, bondade, tolerância e humildade. (SANTOS, 1998, p. 37)

Evidencia-se um elemento de uma outra cultura religiosa, além da católica oficial. Talvez possamos explicar a presença deste elemento religioso se atentarmos para uma de suas características presente na citação do texto de Santos (1998), a tolerância. Temos aqui uma clara oposição de perspectivas religiosas, ambas presentes no espaço do Baixo Meretrício de Santa Cruz do Capibaribe.

O discurso abolicionista da Pastoral da Mulher Marginalizada é antagônico à definição do preto velho que utilizamos aqui. Podemos ver, portanto, elementos religiosos que aparentemente se contradizem em vários sentidos. Em todas as imagens trabalhadas aqui os símbolos religiosos estão em uma mesma região na fotografia: o canto superior direito. Parece haver uma intencionalidade em mostrar esses quadros.

O Cabaré é espaço de diversidade religiosa. E o fato de encontramos diversos símbolos de religiosidade nas paredes do cabaré pode nos levar a crer que havia uma mínima tolerância nas questões internas daquele lugar¹³. Por fim, nos cabe salientar que este aspecto religioso também será posto em questão quando a tentativa exitosa de disciplinarização do cabaré que teve lugar na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe, iniciando-se em 1997.

¹³ Claro que as fontes aqui não são suficientes para levantarmos tal questão com a firmeza necessária, porém nos parece suficientemente possível que sim, houve um relativo clima de tolerância religiosa, mesmo com diferentes concepções religiosas presentes ali.

No primeiro e neste segundo capítulos nós vimos como o cabaré era um lugar complexo, cheio de nuances que o tornam cheio de possibilidades para o trabalho do historiador. Até aqui tratamos de questões que serão utilizadas na construção discursiva que tinha por meta, à semelhança dos abolicionistas da PMM ou da Federação Abolicionista Internacional, acabar com o Baixo Meretrício na Rua José Barbosa da Silva. No próximo capítulo trataremos do processo que levou ao fim daqueles cabarés.

CAPITULO III

O PROCESSO DE DISCIPLINARIZAÇÃO: A CÂMARA E O CABARÉ EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

3.1 O cenário político

Em 1953 Santa Cruz do Capibaribe consegue sua emancipação de Taquaritinga do Norte e, desde então, dois grupos políticos se revezam no poder da cidade. Em 1996 acontece mais uma eleição municipal para a escolha do Prefeito e de seu vice, além dos componentes da Câmara Municipal de Vereadores. A legislatura que irá sair deste processo será uma das mais conservadoras que a cidade de Santa Cruz do Capibaribe já viu. Este viés ideológico será analisado aqui. Mas para tanto se faz necessário falarmos dos atores deste cenário.

Quando, em 1953, Santa Cruz consegue sua emancipação política, dois grupos já estavam bastante delineados: os favoráveis e os contrários à emancipação. O grupo dos favoráveis ganhou vários nomes desde a emancipação: “Cabeção”, “Cabecinha” e “Taboquinha”. O grupo de oposição ao processo emancipatório carrega desde o início o nome de “Boca Preta”¹⁴. Os “cabeção” dominaram a política local do período que vai da primeira eleição para prefeito de 1955, com a vitória de Raimundo Aragão, até a posse de José Pereira de Assunção, o conhecido Padre Zuzinha, em 1969.

Os “Boca Preta” ficaram no comando da cidade por 24 anos, até que em 1993 toma posse Raimundo Francelino Aragão Filho (Aragãozinho), já enquanto cabecinha. Este governa a cidade até o ano de 1996, quando se dá uma nova eleição municipal. Já que não existia ainda a possibilidade de reeleição, o candidato dos “cabecinhas” foi um outro padre, Bianchi Xavier. Este perde as eleições e o último prefeito dos 24 anos de supremacia “Boca Preta” volta: Ernando Silvestre.

Em uma coligação que juntava apenas dois partidos, o PTB e o PFL¹⁵, Ernando vence Padre Bianchi e faz maioria na Câmara de Vereadores. Àquela altura, a Câmara contava com treze (13) vereadores, dos quais sete (7) eram do grupo Boca Preta, ligados ao prefeito eleito, e 6 cabecinhas, eleitos em uma coligação que juntou partidos como: PPB¹⁶, PDT, PPS, PMN, PSB e PSDB. Em meio à disputa desses grupos políticos acontecerá os debates que são, de fato, objeto nesta nossa monografia, entretanto essa breve apresentação do cenário nos é útil para

¹⁴ Sobre a origem desses nomes e sobre o processo de formação dos grupos políticos de Santa Cruz do Capibaribe, se faz importante analisar a monografia do historiador santacruzense Saulo Alves dos Santos, apresentada na Universidade Estadual da Paraíba em 2015, intitulada *Santa Cruz do Capibaribe: A construção de uma simbologia partidária a partir da emancipação (1953-1966)*.

¹⁵ O Partido da Frente Liberal (atual Democratas, desde a convenção do partido que oficializou a troca de nome em 2007) era o partido do então vice-presidente da República, o Pernambucano Marco Maciel. No interior de Pernambuco o partido era liderado pelo já falecido Ex-Deputado José Mendonça, Pai de Mendonça Filho, atual Ministro da Educação. O PFL, em Santa Cruz, sempre esteve atrelado ao grupo denominado Boca Preta até que em 2012 o partido migrou para o palanque da ala contrária.

¹⁶ Partido Progressista Brasileiro. Nasce em 1995 e troca de nome para o atual Partido Progressista (PP) em 2003.

que possamos entender certas nuances dos debates que se seguiram no plenário da Câmara de Vereadores.

Analisaremos aqui o período que compreende da primeira sessão solene de 1º de janeiro de 1997, até a promulgação do Código de Posturas do Município de Santa Cruz do Capibaribe, em 19 de setembro de 2003. Esse período é recheado de momentos nos quais foram construídos discursos em torno dos cabarés da Rua José Barbosa.

No primeiro dia do mês de janeiro de 1997, na Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, Casa José Vieira de Araújo, é aberta a sessão de posse dos vereadores, vice-prefeito e prefeito da cidade. A sessão é presidida, fazendo-se cumprir o regimento, pelo vereador mais votado nas últimas eleições, o senhor José Augusto Maia¹⁷, que obteve 2.941 votos, o correspondente a 11,39% dos votos válidos¹⁸.

Tomaram posse o Prefeito, Ernando Silvestre e o Vice-Prefeito, José Elias Filho. Posteriormente foram empossados os 13 vereadores: de oposição José Augusto Maia, Antônio Figueiroa¹⁹, Givaldo Gomes Feitosa²⁰, José Manoel da Silva, Ivanilson Feitosa do Nascimento e Francisco Ricardo Barbosa²¹; de situação Inácio Marques Vieira²², Antônio Ramos de Moura²³, Zilda Moraes, Dimas Dantas, Nautilia Ramos, José Raimundo Ramos²⁴ e Clóvis Dias²⁵.

Depois de empossados, o presidente convoca a eleição para a Mesa Diretora da Câmara para o biênio de 1997-1998, e aqui, nobre leitor, acontecerá um evento que será motivo de discussão entre os edis por todo o ano de 1997. A chapa 1 foi composta pelos vereadores da situação Antônio Ramos Presidente, Zilda Moraes 1º secretaria e 2º secretário José Raimundo. A Chapa 2 foi composta pelo Vereador José Augusto Maia presidente, Francisco Ricardo 1º secretário e Antônio Figueiroa 2º secretário.

José Augusto Maia, como presidente interino, iniciou a votação secreta e, ao fim dela, o próprio José Augusto estava eleito presidente com sete votos, ou seja, um vereador de situação votou no candidato de oposição. Aquela sessão só acabou depois de convocada a polícia. Os vereadores de situação alegavam fraude. Ainda em nossos dias não há a certeza de quem teria

¹⁷ Ele era Vice-prefeito na Gestão anterior de Raimundo Francelino Aragão Filho (1992-1996).

¹⁸ Para ilustrar a grande quantidade de votos, Santa Cruz do Capibaribe teve na ocasião das eleições de 1996: 25.826 votos apurados. O segundo vereador, o Senhor Inácio Marques Vieira (DR. Nanau), teve 1.833 votos, pouco mais de mil votos a menos.

¹⁹ Conhecido popularmente por Toinho do Pará.

²⁰ Conhecido popularmente por Valdinho.

²¹ Conhecido popularmente por Faniquinho.

²² Conhecido popularmente por Dr. Nanau.

²³ Conhecido popularmente por “Véi” de Mãozinha.

²⁴ Conhecido popularmente por Dida de Nan.

²⁵ Conhecido popularmente por Tody de Amaro Dias.

votado em Maia, o ponto é que esse fato se torna motivo de muitas desavenças no decorrer das sessões seguintes.

3.2 Para qualquer outro lugar!

Na primeira sessão ordinária no dia 17 de fevereiro, após ser lido o expediente, o Vereador Dimas Dantas questionou o presidente quanto a forma como foi conduzida a sessão do dia 1º de janeiro e sobre algumas questões acerca da ordem das falas dos vereadores. Essa questão de ordem inicia os vários questionamentos sobre a legitimidade da presidência da mesa diretora.

Durante a mesma sessão, o vereador Antônio Ramos (candidato a Presidência da Câmara derrotado) “faz críticas ao vereador Valdinho por este ser evangélico e ter como líder um ateu e comunista, o Senhor Roberto Freire”²⁶. O vereador Givaldo Feitosa pertencia ao PPS (Partido Popular Socialista), e foi eleito majoritariamente com votos de evangélicos. Ao utilizar-se destes termos, o vereador Antônio Ramos pretendia levar o vereador Givaldo ao lugar de “degradado” levantado por Michel Foucault (2015), ou seja, “ateu” e “comunista” devem ser entendidos em sua fala como xingamentos. Foi bastante comum nesta legislatura relacionar estatuto de moralidade à aproximação de um discurso religioso, quanto mais ligado a um discurso religioso mais alto seu estatuto de moralidade.

Em resposta, o vereador Valdinho protocolou um documento assinado por um grupo de pastores de igrejas evangélicas da cidade externando votos de repúdio. O vereador, ao fazer isso, se desvincula do lugar onde foi jogado reforçando que este lugar não é o dele, ele seria um “representante dos evangélicos, um homem de bem”. Levando a crer que um homem de bem não é um ateu ou um comunista. Já começamos a entender o caráter conservador da composição desta Câmara, já vemos aquilo que é abominável. Isto apenas nas primeiras sessões ordinárias.

Sobre a questão entre o vereador Valdinho e o vereador Antônio Ramos, a vereadora Zilda Moraes questiona o porquê dos pastores não se pronunciarem sobre a fala do presidente da casa que teria chamado Jesus de comunista. A vereadora argumenta porque acha que Jesus não era comunista e faz um questionamento muito interessante, pergunta porque não constou na ata da reunião passada esse trecho do presidente chamando Jesus Cristo de comunista.

Estamos diante de uma questão muito interessante, dentro do arquivo da Câmara Municipal não há mais nenhum outro documento referente aos pronunciamentos dos vereadores durante seus tempos com a fala no plenário. Não há mais áudios, todos foram perdidos.

²⁶ Este trecho foi retirado da página 174 do livro de atas nº 15.

Tenhamos em mente que este documento também produz silêncios, e a vereadora Zilda Moraes nos dá a pista de um destes silêncios. As atas não são a reprodução fiel do que foi dito, elas são produto e produtor de um discurso interessado. Aliás, nenhum documento pode ser entendido como reprodução fiel de um certo aspecto do passado, esse tipo de pensamento, muito forte no século XIX, não tem mais lugar nas produções historiográficas atuais.

Na reunião ordinária do dia 03 de março daquele ano, a mesma vereadora Zilda Moraes faz um requerimento verbal solicitando ao presidente da casa que faça ser publicado na única emissora de rádio da cidade, a Radio Vale do Capibaribe, sua homenagem ao dia das mulheres no próximo dia 08. O presidente assina o ofício 049/97 em 07 de março, no qual a vereadora Zilda homenageia as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, principalmente as santacruzenses pelo seu trabalho para o desenvolvimento da cidade através da criação da Sulanca.²⁷

A vereadora Zilda Morais homenageia a mulher santa-cruzense pelo dia ‘08 de março, Dia Internacional da Mulher’, e especialmente por ser esta mulher símbolo de força, coragem e trabalho e desenvolvimento a nossa terra. Diz a Vereadora: Devemos reconhecer nela a criação da maior atividade econômica “Sulanca”, mais tarde, surgindo criações de outras confecções que com certeza contribuindo para o nosso crescimento. Portanto, essa mulher deverá ser sempre lembrada, não só nesta data, mas, todos os dias. A ela meu abraço e carinho.²⁸

O trabalho feminino destacado e valorizado pela vereadora é aquele no qual a mulher não precisa sair de casa: a costura²⁹. Podemos fazer uma relação com o texto de Cláudia Fonseca, *Ser mulher, ser mãe e pobre*:

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. [...] As mulheres trabalhavam principalmente em “serviços domésticos”, nas suas atividades eram importantes também as artes e ofícios. (FONSECA, 2017, p.517)

²⁷ Tipo de confecção de roupas inicialmente a partir de retalhos de sobras de panos. Esta cultura econômica foi responsável pela formação polo de confecções do agreste de Pernambuco, polo este que Santa Cruz do Capibaribe é centro. O polo composto por Santa Cruz, Toritama e Caruaru é o segundo maior polo de produção de roupas do País. Para mais explicações sobre o polo, as relações de trabalho nele e o surgimento da Sulanca ver LIRA, Sonia Maria de. Muito além das feiras da Sulanca: a produção de confecções no agreste/PE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

²⁸ Ofício 047/97 de 07 de março de 1997.

²⁹ A vereadora continua com esse tipo de pensamento durante esse mandato. Em 2000 ela, através do requerimento 039/2000 pede voto de aplauso a todas as mulheres de Santa Cruz, diz ela: “Parabenizar a MULHER Brasileira que vem se projetando no cenário nacional sobre todos os aspectos, especificamente aquelas denominadas domesticas, que deveriam serem aclamadas de HEROINAS DO LAR.” Os destaques foram dados por ela no texto do requerimento.

Fonseca está a falar sobre o contexto das cidades que se industrializam nas primeiras metades do Século XX no Brasil, mas este pensamento pode ser utilizado para compreender a fala da vereadora Zilda. Ela, enquanto mulher (de apelido a “guerreira”), estava ali a homenagear as mulheres, mas ao fazer isso, estava também escolhendo um grupo e, de uma forma ou de outra, reforçando um discurso de que o lugar da mulher é em casa. Fora do espaço da casa, do lar, essa mulher começa a ser entendida como degenerada, como perigosa para a sociedade. Aquela sociedade que é agora (na ausência do corpo do rei³⁰) o espaço a ser preservado, a ser cuidado de forma a não deixar que nada saia dos lugares previamente estabelecidos.

No dia 15 de abril, na 9ª reunião Ordinária do primeiro período do ano legislativo, foi colocado em votação o projeto de resolução 002/97 do Vereador Dimas Pereira Dantas. Esse projeto alterava o Parágrafo segundo do Artigo 125 do regimento interno da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe e acrescentava a seguinte redação:

Verificada a presença do ‘quórum’ regimental correspondente à maioria absoluta de seus membros, o presidente, convocando a proteção de Deus, convidará um Vereador a que leia um texto da Bíblia, declarando assim aberta a sessão.

Na justificativa do projeto o Vereador Dantas argumenta: “Acreditamos no poder da palavra de Deus como Principal fonte de sabedoria e exemplos de princípios éticos e morais, pelos quais possamos nos servir.”

O projeto de resolução passou pela comissão de Legislação de Justiça da casa em 17 de março e foi aprovado pelos membros dela (apenas suprimindo a frase “convocando a proteção de Deus”). Mesmo resultado na comissão de Redação. Foi a plenário no já referido dia e aprovada com 7 votos. Deste de então o presidente da Câmara convoca um Vereador para ler um trecho da Bíblia, até os dias de hoje. Para além dos problemas quanto a laicidade do estado, essa Resolução confere estatuto de moralidade ao vereador Dantas, ela trabalha no sentido de trazer “princípios éticos e morais” para aquela casa legislativa municipal.

Em sua peleja para “moralizar”, excluir os “degenerados” e “limpar” a cidade, o Vereador Dantas apresenta três requerimentos na 15ª reunião Ordinária do primeiro período legislativo em 20 de maio. O requerimento 303/97 era destinado a prefeitura para que ela, via Secretaria de Saúde, tomassem providências quanto aos terrenos baldios. O requerimento

³⁰ Fazendo uma alusão ao exemplo utilizado por Foucault em *Microfísica do Poder*.

302/97 pedia aos mesmos órgãos para que algo fosse feito quanto aos animais soltos pelas ruas da cidade. Neste mesmo sentido de “limpar”, com uma característica interessante, é o requerimento 301/97. Este requerimento inicia um processo que levará ao fim dos cabarés da Rua José Barbosa da Silva e, portanto, é de fundamental importância para os objetivos do nosso trabalho.

Requeiro à Mesa depois de ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades Regimentais, solicitar ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Ernando Silvestre da Silva, que tome providências urgentes quanto a questão do deslocamento do Baixo Meretrício, para outro local que o Exmo. Sr. Prefeito entenda por bem. **Só não pode o mesmo continuar no local onde se encontra** (grifo nosso).

Como podemos ver, o vereador, imbuído dos mais caros sentimentos de limpeza, muito característico dos regulamentaristas do século XIX, queria que o Baixo Meretrício saísse da Rua onde se encontrava. Esta rua, oficialmente José Barbosa da Silva, era popularmente conhecida por “Rua do Cabaré”. Ali existiam, até os primeiros anos do presente século, uma série de pequenos bares que funcionavam como locais de prostituição.

Principalmente nas grandes cidades da Europa no século XIX, Paris e Londres, vários discursos foram produzidos sobre a questão da prostituição. Na Paris da época, o médico Alexandre Parant-Duchâtelet foi um grande expoente das ideias regulamentaristas³¹. Esse movimento entendia que a prostituição não tinha como ser abolida e, portanto, deveria ser regulamentada. Partindo deste princípio havia, para eles, alguns lugares que essas prostitutas não poderiam estar. Não poderiam “andar juntas, perambular pelas ruas, formar grupos, **tomar conta das calçadas**, abordarem transeuntes, provocar escândalos com palavreados e roupas indecentes” (NASCIMENTO, 2008, p32, grifo nosso).

O esforço dos regulamentaristas é o de “civilizar”, ou seja, organizar aqueles degenerados que corromperiam o tecido social no sentido de torna-los possíveis em uma sociedade que se pretende burguesa. Para tanto algumas instituições deveriam se aliar: o Estado, a Igreja e a Família. Essas três instituições seriam as responsáveis por expelir ou organizar esses degenerados.

³¹ A questão da prostituição foi debatida com muito afincamento pelos intelectuais europeus do século XIX, o médico Parant-Duchâtelet foi uma das figuras centrais deste debate, seu livro *De la Prostitution dans la Ville de Paris: considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration* foi peça importantíssima neste debate.

Sobre a parte “tomar conta das calçadas”, uma imagem nos chama atenção. A imagem a seguir foi também retirada dos arquivos de Dona Lourdes. Ela mostra três moças que frequentavam os cabarés da Rua José Barbosa em uma das calçadas da referida rua fazendo pose para a foto.

Foto 06: Moças em pose em uma calçada da Rua do Cabaré com a palavra “Putá” em destaque.



FONTE: Arquivo pessoal de Dona Lourdes.

“Putá” é o que está escrito na calçada que as três moças da foto estão. Aquele era um espaço que pertencia a elas. O vereador Dimas envia o Requerimento justamente contra essa posse. Assim como os regulamentaristas, o vereador quis fazer um “saneamento da moral” na cidade. A limpeza só seria completa se os cabarés fossem afastados de onde se encontravam. Apenas assim as “famílias” da região não seriam vítimas dos problemas causados pelo Baixo Meretrício, como ele tenta mostrar na justificativa.

O vereador Dantas vai construir uma justificativa para seu requerimento. A análise desta justificativa nos ajuda a compreender os pensamentos do edil sobre o ambiente do cabaré, ele

vai querer que esse pensamento não seja apenas seu, mas sim da Câmara de Vereadores como um todo. Ele começa sua justificativa desta forma:

Sabedores que somos do transtorno causado as famílias que são obrigadas a conviverem diariamente com drogas, alcoolismo e prostituição explícita, se faz mais que necessário a retirada deste Baixo Meretrício do local em que se encontra atualmente, causando danos irreparáveis as famílias da nossa sociedade.

No início da justificativa do vereador, ele claramente tenta criar um ambiente no qual coloca dois grupos em lados opostos: de um lado estariam aqueles que fazem da região um espaço prejudicial à sociedade, às famílias,³² de outro lado aqueles que seriam os prejudicados, aqueles que ele se pretende como defensor.

Não se pode permitir tal coisa³³ como esta, pois a Lei Orgânica do Município Seção VIII Art. 147º diz: A família, base da sociedade, tem especial proteção do município, na forma da Constituição Federal e Estadual.

Mas a que famílias a justificativa se refere? O conceito de família é bastante complexo, vários são os tipos de famílias que podemos encontrar na sociedade brasileira, assim como era na sociedade de Santa Cruz do Capibaribe no período por nós estudado. Na própria Rua do cabaré poderíamos encontrar várias constituições de famílias, tanto no espaço da rua referente a região dos bares, quanto na outra parte da rua. Então porque utilizar deste termo na justificativa de um requerimento como este? O vereador estaria constituindo um padrão de família?

Cabe deixar claro que também haviam famílias na parte da rua ocupada pelos cabarés, ali também existiam laços de sociabilidade e de afetividade, como podemos ver nas fotos do capítulo anterior, mesmo que em meio a um ambiente que por diversas formas acabava por dificultar a construção desses laços. Temos aqui o choque entre a Rua José Barbosa da Silva e a Rua do Cabaré. A José Barbosa era a Rua a ser defendida, aquela que estava sendo vítima da falta de cuidado das autoridades, motivo pelo o qual se foi redigido o requerimento, já a Rua do Cabaré é o lugar do degenerado o lugar que deve ser extirpado, limpo.

³² Sobre a questão da família, foi muito válido o estudo da professora Eni de Mesquita Samara. *A família brasileira*. Na obra a professora trata de maneira geral sobre a questão da família na sociedade brasileira, e mais precisamente na sociedade paulista.

³³ Ele refere-se ao funcionamento dos cabarés em zonas que seriam habitadas pelas ‘famílias’ as quais se coloca como defensor.

O Vereador continua:

Não se pode permitir que numa Cidade do porte de Santa Cruz do Capibaribe-PE, as famílias viverem aterrorizadas sem liberdade de trafegarem na sua rua a partir das 18:00 horas porque o que só se vê é traficantes, pessoas se drogando em pleno céu aberto, prostituição e palavrões de baixo-escalão. Não se respeita o sossego dos moradores.

Dimas Dantas teria apresentado um abaixo assinado, que estaria anexado, com os nomes dos moradores das proximidades que seriam contrários àqueles estabelecimentos. Aqui fica evidenciado, inclusive pelo “Só não pode o mesmo continuar no local onde se encontra” que o intuito é uma limpeza em uma área específica, não há preocupação em entender o problema ou mesmo trata-lo, quer-se apenas tirar o Baixo Meretrício dali. Será essa a eugenia de que fala Foucault em sua obra já citada? Este discurso, muito presente nos debates e ações na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe em 1997, é moralista, herdeiro de um pensamento burguês³⁴ muito forte nos grandes centros da Europa no século XIX. O requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes.

3.3 O início do novo código.

O ano de 1998 foi um ano eleitoral, é compreensível que os vereadores focassem no processo eleitoral durante esse ano. Essa questão fez esfriar as tentativas de disciplinarização dos cabarés da Rua José Barbosa da Silva: o foco agora era nos candidatos a governadores, presidentes e principalmente a deputados.

Um único, mas importante movimento é feito na Câmara de vereadores no ano de 1998 no sentido desta disciplinarização: o Requerimento 170/98, também de autoria do Vereador Dimas Pereira Dantas. Esse requerimento inicia o processo de reformulação do Código de Postura do de Santa Cruz do Capibaribe. diz o Vereador:

Requeiro à mesa depois de ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades do Regimento, solicitar ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Ernando Silvestre da Silva, no sentido de que se forme uma comissão cabível para se fazer uma

³⁴ Sobre a discussão acerca do pensamento burguês em torno da prostituição na Europa do século XIX, é importante ler GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a paixão terna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Neste livro o autor apresenta como a burguesia inglesa do século XIX incidiu sobre a questão da prostituição, vista principalmente como algo que deveria ser regulado pelas instituições do Estado. Partindo de ideias freudianas, o historiador analisa a construção de discursos sobre a mulher e a sexualidade no século XIX. O que nos possibilita um entendimento bastante amplo de como a mulher é constituída nesses discursos.

revisão no Código de Postura do Município, que é de 5 de Abril de 1983; cujo teor do mesmo está ultrapassado para a realidade do nosso Município.

Podemos perceber que o vereador entende que o Código de Postura vigente à altura não responde mais aos problemas que o município, para ele, enfrentava. Ao partimos de uma análise de dados referentes à geografia do município de Santa Cruz do Capibaribe, encontraremos os possíveis motivos que levaram o vereador a pensar dessa forma sobre a mudança do documento, que tem por meta reger uma série de relações nos espaços sociais da cidade.

Segundo dados do IBGE, a população de Santa Cruz era de pouco mais de vinte e um (21) mil habitantes para uma quantidade quase 4.600 imóveis (IBGE, 2010). Ou seja, a população era pequena e as regras de convivência seriam mais simples, nesse contexto o Código que o vereador queria modificar talvez fosse, de fato, adequado. Entretanto algumas mudanças começam a acontecer na cidade. Há um grande processo migratório em Santa Cruz que faz com que o perfil e o número de sua população mudem. Como nos diz Lira (2006, p.98), Santa Cruz:

se constituiu como alternativa de sobrevivência da população Agrestina, por causa, principalmente, da crise agrícola da cotonicultura e das dificuldades de produzir outros produtos, já que a região possui faixas muito secas, sendo inapropriadas para o plantio, pois fazem parte do semiárido nordestino.

A população da cidade dá um salto, no censo de 2000 (dois anos depois do requerimento) chegava a cinquenta e nove (59) mil habitantes para um número de quase 15600 domicílios (Fonte, Censo de 2010 do IBGE). Esse considerável aumento populacional foi, sem dúvidas, levado em consideração quando o vereador pede para que o Código de Posturas Municipal seja modificado para uma redação que ele considera mais atual.

E, a partir desses números, podemos entender a velocidade das transformações sociais na cidade. Em duas décadas a população mais que dobrou e o número de domicílios mais que triplicou. Ao querer modificar a redação do Código de Postura do Município, o Vereador Dantas quer modificar as relações que o Poder Público (no caso, a prefeitura municipal) terá com os vários segmentos da sociedade santa-cruzense. Os Códigos de Posturas são os documentos que regulam a utilização dos espaços urbanos, logo combater os cabarés da Rua José Barbosa teria que necessariamente passar por esse documento. O vereador sabia que apenas um requerimento ou alguma pressão política não iria pôr fim aos cabarés. A mudança do código oficializaria a sua intenção de acabar com o Baixo Meretrício naquela região.

O código novo pleiteado pelo vereador Dantas só entrará em vigor em 2003, cinco (5) anos depois deste requerimento e vinte (20) anos depois da promulgação do Código criticado pelo vereador. Não há mais ações por parte da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe que tenham relação com o nosso objeto, até que, em maio de 2001, o vereador Antônio Ramos de Moura pede que a nossa Rua José Barbosa seja pavimentada através do requerimento 246/2001. Porém o requerimento 170/98 inaugura uma discussão que desembocará na elaboração de outro Código, que será discutido por nós ainda neste trabalho. Esse código é a consolidação de um processo de higienização da Rua do Cabaré, é o último ingrediente da terapêutica que é imposta àquele lugar e àquelas pessoas.

3.4 O Código de Posturas: A disciplinarização institucionalizada.

No dia 17 do 12 de 2002 o poder executivo de Santa Cruz do Capibaribe, no uso de suas atribuições, envia à Câmara de Vereadores do Município o Projeto de Lei nº 47/2002. Este Projeto de Lei instituíam o Código de Posturas do município. Este é o último ponto do nosso trabalho. Até aqui vimos como vários discursos instituía lugares no Baixo Meretrício, agora veremos o último desses discursos: como, através deste Código, é disciplinado o espaço dos cabarés da Rua José Barbosa.

Aqui novamente vamos trabalhar um pouco do contexto político. No ano de 2000, se deram as eleições municipais em todo o Brasil. Esta eleição teve como grande mudança no cenário político local, o fato de que a oposição tomaria o poder na figura do ex-vereador José Augusto Maia. Para a legislatura que compreende os anos de 2001/2002, foi eleita a vereadora Nautilia Ramos. Coube a ela receber o projeto de lei, objeto de análise neste momento. Entretanto o projeto veio a tramitar na Câmara de vereadores já na gestão da vereadora Zilda Moraes³⁵.

Diz o texto enviado à Presidência da Câmara Municipal junto com o projeto:

Como o próprio nome indica, o Código de Posturas visa regulamentar o cotidiano da vida cidadina, organizando-a de forma a que cada uma de suas centenas de milhares de células se realize de forma a não comprometer o todo e nem a higidez uma das outras. A lógica de um Código é exatamente emprestar uniformidade a um determinado tema [...]

³⁵ A vereadora era oposição ao governo de José Augusto Maia, presidiu o poder legislativo de Santa Cruz do Capibaribe nos anos de 2003 e 2004. O fato dela ser oposição e mesmo assim não fazer objeção nenhuma as determinações do projeto de lei 27/2002 nos mostra que, no que se refere aos temas relativos aos costumes a Câmara de Santa Cruz, não tinham dois grupos e sim um único grupo, muito homogêneo neste sentido.

Já nos é perceptível o caráter disciplinarizador do Código. Disciplinar é o objetivo mais elementar de um código, e ainda mais um que se dispõe a disciplinar ações das pessoas nos seus cotidianos. No trecho citado, o autor trabalha com a cidade a partir de metáforas de um corpo, ao citar células, o autor demonstra que a intenção é repelir as células que chegassem a causar qualquer dano para o corpo, para a “higidez” deste corpo. São as mesmas intenções que tiveram os regulamentaristas já citados, são as mesmas intenções dos que, como nos diz Foucault, tentam constituir lugares para os “degenerados”. Os degenerados aqui são as células que poderiam comprometer o corpo.

Tendo como ponto de partida essas intenções do Projeto, vamos analisar agora como essa disciplinarização no Baixo Meretrício se expressa no texto. Para tanto se faz necessário abordar algumas questões presentes nos seguintes dispositivos do Projeto de Lei do Código de Posturas: da higiene dos bares, restaurantes, cafés e similares; da moralidade e do sossego público; das diversões públicas e do horário de funcionamento.

A Seção III do Projeto de Lei 47/2002 trata da Higiene de estabelecimentos como bares restaurantes, cafés e similares, portanto atinge diretamente os bares da Rua José Barbosa. Como sabemos, a região que compunha a zona do Baixo Meretrício em Santa Cruz do Capibaribe no período estudado era composta de pequenos “quartinhos” e de bares e boates. Segundo as determinações do Art. 69 do Projeto do Código, esses estabelecimentos deveriam presar pela higiene de louças, talheres e utensílios.

Art. 69.....

I - A lavagem de louças, talheres e outros utensílios deverá se fazer em água corrente, não sendo permitida a lavagem em baldes, tonéis ou outros vasilhames;

II - A higienização da louça, talheres e outros utensílios deverá ser feita em esterilizadores mantidos em temperatura adequada à boa higiene desse material;

III - As louças, talheres e outros utensílios deverão ser guardados em armários com portas e ventiladores, não podendo ficar expostos a impurezas.

Notamos então que qualquer sujeira poderia ser passível de punição. Não nos cabe fazer um exercício de imaginação, mas não seria exagero dizer que esse dispositivo poderia facilmente ser utilizado para coibir as atividades nos bares da Rua do Cabaré. Este dispositivo é, portanto, vago o suficiente para dar brechas para ações repressivas.

Nesse dispositivo vemos uma tentativa de disciplinarização via padrões de higiene, agora iremos nos deparar com o controle do som. No *Título III da Polícia de Costumes, da*

Segurança e da Ordem Pública, no seu *Capítulo I: da moralidade e do sossego público*, nos deparamos com o seguinte texto:

Art. 78. Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem em seu recinto.

Parágrafo único. A desordem, a algazarra ou o barulho porventura verificados nos referidos estabelecimentos sujeitará seus proprietários a multa, podendo ser cassada sua licença de funcionamento em caso de reincidência.

Os cabarés da Rua José Barbosa eram, como qualquer outro cabaré, lugares de som, de “barulhos”. Portanto, é evidente que este artigo visa coibir, mais uma vez, o funcionamento dos cabarés. Como vimos no Capítulo I deste trabalho, o cabaré era visto como um lugar de crime, um lugar “periférico” que merecia a atenção da polícia. Essa desordem é, na verdade, um outro tipo de ordem, uma ordem que não é a da polícia, dos regulamentaristas ou a deste Código agora analisado. A ameaça de cassação da licença de funcionamento é uma tentativa de mostrar que nada deve fugir ao determinado pelas leis criadas para disciplinar.

O som produzido por determinado grupo é um traço importante de sua cultura. Quando analisamos o Art. 79 desse Projeto de Lei nos chama atenção o seguinte trecho:

Art. 79. É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos evitáveis, tais como:

VII - de batuques, congadas e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades.

Fica evidenciada uma cultura que se tenta controlar: a cultura de matriz africana. Não há menção a qualquer outra manifestação cultural musical neste código, apenas a essas duas manifestações e suas “congêneres”. A prática dessas manifestações culturais necessita de uma autorização prévia, precisam de uma permissão, como se o estado devesse tutelar manifestações culturais não permitindo que elas aconteçam naturalmente sem uma data prévia.

No requerimento 301/97 de autoria do Vereador Dimas Dantas que trouxemos aqui, há um controle do espaço do cabaré. No Art. 69 do Projeto de Lei 47/2002 há uma intenção de controle do Cabaré via um discurso higienista. Nos Art. 78 e 79, do mesmo Projeto de Lei há uma disciplinarização do som e, portanto, de manifestações culturais. Agora é analisado o controle do tempo, do horário de funcionamento destes cabarés.

No Capítulo II do horário de funcionamento, encontramos o seguinte texto:

Art. 205. Respeitadas as normas de proteção ao trabalho, as disposições da Constituição da República e a Legislação Federal referente aos contratos de trabalho, é livre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços do Município, exceto aos domingos e feriados, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas na legislação Municipal.

§ 1º. Atendido o interesse público, poderão funcionar em horários especiais aos domingos e feriados, mediante alvará, os seguintes estabelecimentos:

XI - danceterias, cabarés e similares, de 22 às 4 horas.

O texto do Projeto de Código de posturas é claro: o horário de funcionamento dos Cabarés é de 22 às 4 horas. A foto 07 talvez explique o motivo desta determinação tão clara.

Foto 07: Duas mulheres bebendo em uma das calçadas da Rua do Cabaré à luz do dia.



FONTE: Arquivo pessoal de Dona Lourdes.

A foto 07 mostra duas mulheres, à luz do dia, bebendo na frente de um dos imóveis da Rua José Barbosa no fim da década de 1990. Era uma afronta às famílias burguesas e às autoridades, o sorriso irônico dessas mulheres é uma arma nesta resistência sub-reptícia. E neste sentido essas mulheres deveriam ser controladas, a noite era o lugar para elas, a luz do dia não poderia iluminar essas mulheres nessas práticas.

Quando o Projeto do Código de Posturas delimita essa faixa de horário, ele está, na verdade, controlando o tempo dos frequentadores dos cabarés. Foi nesse horário que ocorreram os assassinatos trabalhados no Capítulo I; a noite era o momento para essas mulheres, porque durante o dia seria difícil de esconde-las, e a intenção aqui é esconder o cabaré, levar ele para um lugar (tanto físico quanto discursivo) que permita seu controle.

O projeto de Lei 47/2002 do poder executivo, com todas essas normativas, começa a tramitar nas comissões da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe no ano de 2003 a partir da Comissão de Legislação e Justiça (principal comissão de qualquer Casa Legislativa de qualquer esfera da federação). No dia 03 de fevereiro de 2003 o projeto é enviado à Comissão de Legislação e Justiça, que era presidida pelo vereador de primeiro mandato Afrânio Marques de Melo.

Na ata nº 002/2003 desta Comissão, consta que o vereador presidente da mesma pediu vistas do projeto em discussão e que uma nova reunião seria marcada para o dia 13 de fevereiro de 2003. Mesmo nesta reunião o projeto continuou “em discussão”, como consta na Ata nº 003/2003, e neste status continua até o dia até o dia 27 de agosto de 2003, como destacado na Ata nº 20/2003. Ou seja, esse projeto ficou tramitando na Comissão de Legislação e Justiça por mais de sete (7) meses, tempo que não é habitual, mesmo tratando-se de um documento com mais de 200 artigos³⁶.

Essa protelação poderia ser atribuída ao cuidado dos edis para com esse Código, afinal ele teria incidência em toda a vida social da cidade. A Comissão de Legislação e Justiça da Câmara municipal de Santa Cruz do Capibaribe, em seu Parecer nº 043/2003, escreveu o seguinte sobre o Projeto 047/2002:

³⁶ No período em que o Projeto de Lei que tratava do Código de Posturas estava na Comissão de Legislação e Justiça, também esteve em trâmite o Projeto de Lei 008/2003 do poder legislativo, na pessoa do Vereador Cloves Gonçalves Dias. Esse Projeto de Lei autorizava o Prefeito Municipal de Santa Cruz do Capibaribe a criar o Conselho dos Direitos da Mulher. Esse Conselho teria a finalidade de, segundo o Art. 1º do Projeto de Lei que o institui, promover debates e políticas públicas que ajudassem as mulheres na luta por igualdade de direitos e oportunidades. Começou a tramitar na Câmara Municipal em Abril de 2003 e já foi aprovado em segunda votação em Junho do mesmo ano. Seria então, esse conselho, um espaço para orientar os debates acerca das mulheres na cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Cabe destacar que segundo esse Projeto o Conselho seria composto por dez (10) membros, dos quais a metade seriam de órgãos municipais e a outra metade da sociedade civil, ou seja, os órgãos públicos teriam um grande peso nas decisões desse Conselho, possibilitando a manutenção de um controle dos direcionamentos do Conselho. Esse Conselho não está ativo nos dias atuais.

A Comissão de Legislação e Justiça, na presente sessão opinou de forma unânime pela LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE do Projeto em sua forma original.

Estiveram presentes os senhores vereadores JOSÉ AFRÂNIO MARQUES DE MELO, INÁCIO MARQUES DE VIEIRA E JOSÉ MOURA FILHO.

O Projeto do Código de Posturas é, então, enviado para a Comissão de Finanças e Orçamentos. Essa comissão era então presidida pelo Vereador Dimas Pereira Dantas, o vereador que, como mostramos neste mesmo capítulo, primeiro levantou o debate acerca da questão dos cabarés.

O Projeto vai até a Comissão de Finanças e Orçamento no dia 28 de agosto de 2003 através do ofício interno nº 219/2003. Na Ata nº 22/2003 da referida Comissão consta que o Projeto foi aprovado e que foi encaminhado ao Plenário para primeira discussão e votação. Isso aconteceu no dia 10 de setembro de 2003, menos de duas semanas depois que o Projeto passou na Comissão. Ao que parece, os membros dessa comissão estavam com a intenção de que o Projeto fosse logo para Plenário.

Não era da vontade da Comissão presidida pelo Vereador Dimas Dantas que o projeto ficasse muito tempo na Comissão. O Projeto foi enviado então ao Plenário da Casa Legislativa, votado em primeira votação e aprovado por unanimidade com algumas emendas³⁷ no dia 11 de setembro de 2003. Como manda o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe para esse tipo de projeto, houve uma segunda votação no dia 18 do mesmo mês citado.

Em seguida o Projeto aprovado seguiu para sanção do Prefeito Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, o que aconteceu no dia 19 de setembro de 2003, ficando então sancionado como Lei nº 1.420/2003.

Desde então, há um conjunto de dispositivos legais municipais que auxiliam no controle disciplinatório do Baixo Meretrício em Santa Cruz. O discurso que se ancorava nos índices de criminalidade na região do cabaré, em questões religiosas, agora tem um arcabouço legal, para disciplinar a Rua do Cabaré. É uma espécie de vitória simbólica da Rua José Barbosa da Silva contra a Rua do Cabaré.

A sanção do Código de Posturas é um passo central da caminhada que começou com o Requerimento 301/97 do Vereador Dimas Dantas. Os vereadores institucionalizam seus

³⁷ Essas emendas não têm relação com o objeto analisado em nosso texto, são emendas de correções ortográficas, supressivas e aditivas. Nenhuma das emendas foram propostas para que, de alguma forma, o controle dos órgãos do Município fosse limitado.

entendimentos sobre o Baixo Meretrício. Criam, através não apenas do Código, mas também da série de documentos utilizados neste capítulo, um conjunto de terapêuticas a ser aplicado contra os degenerados do cabaré.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho tentou discutir no primeiro capítulo como foi construída a imagem da Rua José Barbosa da Silva, a Rua do Cabaré, como um lugar de criminalidade. Para tanto observamos duas ações penais relativas aos assassinatos de José Mota e Adalberon Tertuliano de Omena, acompanhadas de uma discussão sobre a utilização de fontes judiciais em trabalhos acadêmicos no campo da História. O referido capítulo é importante tanto no sentido de mostrar que é possível trabalhar esse tipo de fonte na escrita da História de Santa Cruz do Capibaribe, quanto na intenção de trabalhar a violência como discurso.

O segundo capítulo tratou de questões relativas à discussão de gênero e a religiosidade nos cabarés. O debate sobre a questão de gênero no debate político e acadêmico atrelado às ideias da Pastoral da Mulher Marginalizada nos permitiu ter uma visão ampla de várias perspectivas que incidiram sobre as pessoas do Baixo Meretrício, e relacionar essas perspectivas às religiosidades no Cabaré é algo que nos permite compreender complexidades como a relação entre fé e uma conduta que seria vista como pecadora. Na questão da fé no cabaré foram muito importantes as fotos do arquivo pessoal de Dona Lurdes, nos permitindo ver como eram as reorientações da fé no espaço do cabaré, além de nos aproximar de alguma forma do cotidiano daquele lugar.

Os dois primeiros capítulos foram construídos para que fosse mais fácil para o leitor entender o contexto social no qual surge o debate sobre a regulamentação dos cabarés na Câmara Municipal de Santa Cruz. O terceiro e último capítulo foi construído de maneira a permitir uma leitura cronológica acerca as ações do legislativo municipal sobre a disciplinarização dos cabarés. É a Câmara o lugar destinado a criar uma terapêutica, nos utilizando do conceito de Foucault, para esse ambiente de “degenerados” que seria a zona do Baixo Meretrício da região da Rua José Barbosa da Silva.

O terceiro capítulo foi construído através da análise de um considerável arsenal de fontes: Requerimentos, Resoluções, Projetos de Lei e outros. A pesquisa na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe é algo não tão comum como deveria se levarmos em consideração que grande parte dos trabalhos acadêmicos de historiadores de nossa terra é sobre a temática política.

Nosso trabalho é uma produção de História Local. Nos propomos a trabalhar com fontes pouco utilizadas na produção do nosso município por entendermos que nossa cidade precisa de uma diversificação dos nossos acadêmicos, tanto nas temáticas trabalhadas quanto nas fontes

utilizadas. Foi deliberado o não uso de fontes orais. Entendemos a importância dessa fonte para a produção histórica atual e, principalmente, para as produções de História Local, entretanto nos propomos a mostrar que há vários outros caminhos em nossa cidade para a produção acadêmica que não passam pela História Oral.

A análise dos discursos sobre o Cabaré feita neste Trabalho de Conclusão de Curso responde, também, à uma inquietude vivida durante o Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB): seria possível produzir um trabalho acadêmico que tratasse de um aspecto pouco falado na sociedade santa-cruzensense sem lançar mão da fonte oral?

Espero que esse trabalho seja usado e criticado pelos próximos historiadores preocupados com a produção historiográfica sobre a cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Nossa cidade é complexa, rica em possibilidades de produções acadêmicas, até mesmo ainda no campo do que podemos chamar de “História Política”, campo esse que domina nossa produção intelectual municipal. Durante minha pesquisa no Fórum de Santa Cruz, encontrei o processo da tentativa de assassinato que o Padre Zuzinha³⁸ foi vítima, o processo estava jogado, esquecido, esperando ser trabalhado.

Durante minha pesquisa na Câmara de Vereadores, tive contato com um sem número de possibilidades de produções historiográficas. Mesmo com todos os problemas de escassez, falta de manutenção e de divulgação, ainda temos arquivos ricos em nossa cidade. Este trabalho toma a forma de um manifesto, um manifesto convocatório, para que nós, historiadores de Santa Cruz do Capibaribe, utilizemo-nos desses arquivos, para que não deixemos esses lugares sendo ocupados apenas por insetos e poeira.

Evidentemente, não tenho a pretensão de dizer que o exercício da ida a esses arquivos não aconteceu, muito menos de esquecer as dificuldades que nós estudantes de História enfrentamos, entretanto quando se deu, foi feito de maneira bastante tímida. Tanto no Fórum quanto no arquivo da Câmara, ouvi com frequência que não era comum alguém ir fazer esse tipo de pesquisa por lá e muito menos por tanto tempo. Isso me incomodou, como esses espaços podem se manter sendo subutilizados por nós? Não pode continuar assim.

Não termino esse texto me dando por satisfeito. Entendo que há vários aspectos da cultura de nossa cidade que devem ser trabalhados, alguns que não receberam a atenção devida dos nossos pares. Levar nossa história ao ambiente acadêmico e para as camadas populares que

³⁸ Padre Zuzinha foi prefeito de Santa Cruz do Capibaribe de 1969 a 1972 e de e de 1977 até 1980. Para um conhecimento melhor da História dessa figura central da História política de Santa Cruz ler o trabalho do Historiador Gilson Julião *Cultura Política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe*, Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) EM 2010.

não têm contatos frequentes com essa história talvez devesse ser uma das principais metas dos historiadores de uma cidade como a nossa.

Por fim, espero que esse texto tenha contribuído para que possamos entender como certos discursos constroem lugares e como o ambiente do Baixo Meretrício e as mulheres sofreram uma disciplinarização através de um forte conjunto de normativas. Este trabalho tentou evidenciar essas questões.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. [reimpressão]. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1940.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: o saber Médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: brasiliense, 2004.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, ser mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary, PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed., 4ª reimpressão São Paulo: Editora contexto, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano**. Apresentação de Roberto Da Matta; biobibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuma. - 15ª Ed, rev. – São Paulo: Global, 2004 – (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a paixão terna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIULANI, Paula Coppellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary del (org); BASSANERI, Carla (coord. De textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 641-667.

GOMES, Gisele Ambrósio. **História, Mulher e Gênero**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/HIST%C3%93RIA-MULHER-E-G%C3%8ANERO.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos Judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de (Orgs). **Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

JULIÃO, Gilson José. **Cultura Política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe**. Campina Grande, 2010.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Uso dos discursos e pronunciamentos na historiografia contemporânea. In: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de (Orgs). **Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. - 2. ed. rev. - São Paulo: Ateliê Editorial, 2001

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIRA, Sonia Maria de. **Muito além das feiras da Sulanca: a produção de confecções no agreste/PE**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

_____. **Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência**. Revista de Geografia, v. 23, n.1, Recife, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias**. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/22050>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

MESEL, Katia. **Sulanca**: Parte 3. 1986. 14min30s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=efNV4E6WVHY>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Vara Criminal da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe). **Ação Penal nº 18-90.1992.8.17.1250**. Autor: A justiça pública. Vítima: José Mota da Silva. Acusado: Severino Pedro da Silva Filho. Pernambuco: Santa Cruz do Capibaribe, 23 de janeiro de 1992.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Vara Criminal da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe). **Ação penal nº 28-03.1993.8.17.1250**. Autor: A justiça pública. Vítima: Adalberon Tertuliano de Omena. Acusado: José Gonzaga Ferreira da Silva. Relator: Desembargador Otilio Neiva Coelho. Pernambuco: Santa Cruz do Capibaribe, 15 de janeiro de 1993.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVIA, Zélia Lopes (Org). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1980-1930**. 4ª Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2014.

_____. **Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1830 – 1930)**. 2ª Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. 4ª ed. São Paulo: brasiliense, 2004.

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE. **Lei nº 1.420**, de 19 de setembro de 2003. Institui o código de posturas no município de Santa Cruz do Capibaribe e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/codigo-de-posturas-santa-cruz-do-capibaribe-pe>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

SANTOS, Eufrásia Cristina Menezes. **Preto Velho: as várias facetas de um personagem religioso**. Campinas/SP, 1998.

SANTOS, Saulo Alves. **A construção de uma simbologia partidária a partir da emancipação (1953-1966)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, 2015.

SILVA, Romenyck Stiffen. B. da. **Fios, nós, redes e malhas: a feira de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, 2012.

_____. **Venda dos primeiros produtos de Sulanca**. [197-]. 1 fot., 10x15cm.

SKACKAUSKAS, Andreia Vaz de Mello. **Prostituição, gênero e direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada**. Campinas/SP, 2014.

SITES

Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe. Disponível em: <http://www.camarasantacruzdocapibaribe.pe.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=261250&search=pernambuco|santa-cruz-do-capibaribe>. Acesso em: 11 jan. 2018.

Pastoral da Mulher Marginalizada. Disponível em: <https://pmmnac.wordpress.com/author/pmmnac/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe. Disponível em: <http://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

OUTRAS FONTES

Arquivo pessoal de Dona Lourdes, moradora da Rua José Barbosa da Silva, no qual foram encontradas as fotos 01, 03, 04, 05 06 e 07.

Livros de Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe.